

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial

Gustavo Augusto Andrade de Oliveira

**A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA URBANA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS
ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1892-1950)**

Belo Horizonte

2022

Gustavo Augusto Andrade de Oliveira

**A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA URBANA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS
ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1892-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira

Área de Concentração: Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais (EUR)

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O48p

Oliveira, Gustavo Augusto Andrade de

A perspectiva da geografia urbana na produção científica dos *Annales de Géographie* (1892-1950) / Gustavo Augusto Andrade de Oliveira. Belo Horizonte, 2022.

95 f. : il.

Orientador: Rodrigo Corrêa Teixeira

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial

1. Geografia urbana. 2. Geografia - Periódicos - Pesquisa. 3. Periódicos acadêmicos. 4. Pesquisa científica. 5. Publicações científicas. 6. Revolução industrial. 7. Comunicação na ciência. 8. Publicações seriadas - França - Séc. XIX. I. Teixeira, Rodrigo Corrêa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 911.3:711

Gustavo Augusto Andrade de Oliveira

**A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA URBANA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS
ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1892-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof^a. Dr^a. Mariana Guedes Raggi - UFAL (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Márcia Moreira Alvim - PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira - PUC Minas (Orientador)

Belo Horizonte, 4 de março de 2022

– *Acho que a cidade é uma charlatanice. Sempre lutando para atingir a tremenda e impressionante urbanidade que lhe é atribuída. Tentando ser romanticamente metropolitana.*

– *Não acho. Acho que é impressionante.*

– *Momentaneamente. Mas na verdade é uma espécie de espetáculo artificial e transparente. Tem suas estrelas com agentes e seus frágeis e transitórios cenários, e, concordo, o maior exército de figurantes que já se reuniu. – Fez uma pausa, deu uma risada curta e acrescentou: - Tecnicamente excelente, talvez, mas não convincente.*

Os belos e malditos de F. Scott Fitzgerald (2011, p. 134).

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudo concedida a mim.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais pela eficiência no atendimento aos alunos durante a pandemia.

Ao prof. Rodrigo Teixeira, meu orientador, que sempre esteve disponível aos meus questionamentos sobre a pesquisa. Agradeço pela orientação humanizada nesses dois anos de muita ansiedade e, principalmente, por ter abraçado as minhas ideias.

Às professoras da banca examinadora Mariana Raggi e Ana Márcia pela avaliação atenciosa e minuciosa da pesquisa.

À profa. Magda Tezzi pelas orientações extras no final da graduação que foram responsáveis pelo nascimento desta pesquisa em sua primeira versão.

Aos meus pais José Alves e Vanda Andrade e ao meu irmão Caio por apoiarem a minha complexa jornada acadêmica.

Aos amigos que, de alguma forma, me distraíram e me aconselharam em momentos de desesperança:

À Esterlivian, minha amiga de graduação, que compartilha muitas experiências acadêmicas comigo e que não poderia ter sido diferente na pós-graduação.

À Brenda, minha amiga de outra graduação, pelo empréstimo imediato do notebook.

À Marina, minha amiga da pós-graduação, pelas palavras otimistas.

Last but not least, I wanna thank me...

RESUMO

A invenção da imprensa na Renascença alterou estruturalmente a dinâmica da informação na sociedade europeia. No século XVII, a Revolução Científica produziu novos suportes informacionais que se tornaram os principais canais de publicação da ciência: os periódicos científicos. Durante a institucionalização da Geografia na Europa no século XIX, era constituído os *Annales de Géographie* que rapidamente representaria uma das principais referências bibliográficas da escola francesa de geografia. A transição dos séculos XIX-XX expressava uma mudança estrutural das sociedades que vivenciavam novidades tecnológicas que estão presentes até os dias de hoje e, além disso, as cidades europeias estavam se transformando cada vez mais, rompendo a concepção de outrora do que se compreendia por cidade, propriamente dita. Nascia uma concepção moderna de cidade marcada pelas experiências emblemáticas de Londres e de Paris. Isto posto, definiu-se os *Annales de Géographie* como objeto de estudo desta pesquisa e estabeleceu-se a seguinte questão centralizadora: Qual perspectiva da Geografia Urbana foi promovida pelos *Annales de Géographie* no período clássico da Ciência Geográfica (1892-1950)?. Portanto, determinou-se o objetivo geral da pesquisa analisar a perspectiva da Geografia Urbana pela produção científica dos *Annales de Géographie* no período clássico da Ciência Geográfica (1892-1950). Como metodologia, aplicou-se o procedimento da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) para o tratamento quantitativo e qualitativo dos artigos científicos publicados nos *Annales de Géographie*, privilegiando a identificação das seguintes variáveis: autoria, ano e cidade. Totalizou-se 291 artigos científicos na amostra inicial, 62 na amostra intermediária e 28 na amostra final. Dividiu-se em dois momentos principais a discussão dos resultados com a construção do perfil amostral e a síntese do conteúdo dos artigos científicos. Por fim, notou-se uma perspectiva eurocêntrica e masculina no perfil amostral e uma perspectiva industrial no conteúdo das publicações que analisavam cidades do Reino Unido e França.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Cidade. Perspectiva dos *Annales de Géographie*.

RÉSUMÉ

L'invention de l'imprimerie à la Renaissance a modifié structurellement la dynamique de l'information dans la société européenne. Au XVIIe siècle, la Révolution scientifique produit de nouveaux soutiens d'information qui deviennent les principaux canaux de publication de la science : les revues scientifiques. Lors de l'institutionnalisation de la Géographie en Europe au XIXe siècle, les Annales de Géographie sont créées en 1891 et vont rapidement représenter l'une des principales références bibliographiques de l'école française de géographie. La transition entre les XIXe et XXe siècles a exprimé un changement structurel dans les sociétés qui ont connu des innovations technologiques encore présentes aujourd'hui et, de plus, les villes européennes se transformaient de plus en plus, brisant la compréhension de ce qui était autrefois compris par ville. Une conception moderne de la ville est née, marquée par les expériences emblématiques de Londres et de Paris. Cela dit, les Annales de Géographie ont été définies comme l'objet d'étude de cette recherche et la question centrale suivante a été posée : Quelle perspective de Géographie Urbaine a été promue par les Annales de Géographie à l'époque classique des Sciences Géographiques (1892-1950) ? . Par conséquent, l'objectif général de la recherche a été déterminé pour analyser la perspective de la géographie urbaine à travers la production scientifique des Annales de géographie dans la période classique de la science géographique (1892-1950). Comme méthodologie, la procédure de Revue Systématique de la Littérature (RSL) a été appliquée pour le traitement quantitatif et qualitatif des articles scientifiques publiés dans les Annales de Géographie, en privilégiant l'identification des variables suivantes : auteur, année et ville. Il y avait 291 articles scientifiques dans l'échantillon initial, 62 dans l'échantillon intermédiaire et 28 dans l'échantillon final. La discussion des résultats a été divisée en deux temps principaux avec la construction du profil de l'échantillon et la synthèse du contenu des articles scientifiques. Enfin, il y avait une perspective eurocentrique et masculine dans le profil de l'échantillon et une perspective industrielle dans le contenu des publications analysant les villes du Royaume-Uni et de France.

Mots clés: Géographie urbaine. Ville. Perspective des Annales de Géographie.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS POR DÉCADA.....	64
GRÁFICO 2 - GÊNERO DOS AUTORES DA AMOSTRA INTERMEDIÁRIA.....	67
GRÁFICO 3 - NACIONALIDADE DOS AUTORES DA AMOSTRA INTERMEDIÁRIA.....	67
GRÁFICO 4 - FORMAÇÃO DOS AUTORES DA AMOSTRA INTERMEDIÁRIA.....	68

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DA AMOSTRA FINAL.....	69
MAPA 2 - CIDADES INGLESAS DA AMOSTRA FINAL POR REGIÃO ADMINISTRATIVA.....	70
MAPA 3 - CIDADES FRANCESAS DA AMOSTRA FINAL POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ETAPAS METODOLÓGICAS DA REVISÃO SISTEMÁTICA LITERATURA.....	57
QUADRO 2 - FORMULAÇÃO DA BUSCA NO PORTAL PERSÉE	58
QUADRO 3 - AMOSTRA INTERMEDIÁRIA DA PESQUISA	60
QUADRO 4 - IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DA AMOSTRA INTERMEDIÁRIA.....	65
QUADRO 5 - ARTIGOS CIENTÍFICOS DA AMOSTRA FINAL: REINO UNIDO.....	69
QUADRO 6 - ARTIGOS CIENTÍFICOS DA AMOSTRA FINAL: FRANÇA.....	72
QUADRO 7 - TERMOS DESCRITORES DA AMOSTRA FINAL.....	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AUTORES COM MAIOR NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS	63
TABELA 2 - QUANTIDADE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS POR DÉCADA.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	14
2.1 Ciência geográfica	19
2.2 Geografia urbana.....	28
3 HISTÓRIA DO CONHECIMENTO: A CIDADE EM PERSPECTIVA	32
3.1 A ciência e sua constituição na modernidade	45
3.2 A emergência da cidade na revolução industrial	49
3.2.1 Londres	53
3.2.2 Paris	54
4 METODOLOGIA	56
4.1 Procedimento de coleta dos dados	56
4.2 Procedimento de análise dos dados	59
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	60
5.1 Reino Unido	69
5.1.1 Grande Londres	70
5.1.2 Sudeste da Inglaterra	71
5.2 França.....	72
5.2.1 Altos da França	74
5.2.2 Auvérnia-Ródano-Alpes	75
5.2.3 Borgonha-Franco-Condado.....	77
5.2.4 Bretanha.....	78
5.2.5 Centro-Vale do Líger	78
5.2.6 Grande Leste.....	79
5.2.7 Ilha de França	79
5.2.8 Normandia.....	81
5.2.9 Nova Aquitânia	82
5.2.10 Occitânia	83
5.2.11 País do Líger.....	83
5.3 Resultados em perspectiva.....	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

A invenção da imprensa na Renascença alterou estruturalmente a dinâmica da informação na sociedade europeia. Inicialmente, os primeiros livros impressos pertenciam ao cânone literário e, embora a demanda fosse pequena, com as traduções nas línguas locais, os impressores conseguiram a ampliação do mercado e o colapso da hegemonia do latim (HIRST, 2018). E, até o século XVII, a divulgação científica era veiculada em folhetins, volantes e jornais cotidianos, ao passo que o conhecimento especializado era realizado pelas correspondências entre os próprios cientistas e as comunidades acadêmicas. No entanto, não tardaria muito a criação de novos suportes de informação¹ (FREITAS, 2006).

As correspondências científicas propiciariam o surgimento de publicações como os periódicos científicos, os quais, por sua vez, ampliariam o alcance do público: “tais modificações nos modos de fazer e relatar ciência somente foram possibilitadas pelo surgimento de uma nova concepção de saber e pela crença na ideia de progresso humano através desse conhecimento” (FREITAS, 2006, p. 54). Na Europa, vivia-se um período de superação do conhecimento greco-romano com as descobertas da Revolução Científica no século XVII, especialmente em relação ao Universo e como ele se estruturava. Portanto, atribuíam-se ao progresso como um ideal daquela sociedade que não mais se sentia intimidada pela grandeza dos pensadores da Antiguidade Clássica (HIRST, 2018).

Os periódicos científicos se tornariam os principais canais de publicação da ciência. Ademais, sua importância era tamanha que, no século XIX, começaram a desempenhar outras funções notáveis, por exemplo: o registro oficial e público do conhecimento; a consolidação de disciplinas e campos de estudos; a otimização da comunicação entre cientistas; e o reconhecimento público das contribuições científicas (FREITAS, 2006). Nesse sentido, delimita-se um importante periódico científico da Geografia como objeto de estudo desta pesquisa: os *Annales de Géographie*².

Em 1891, o periódico científico francês, os *Annales de Géographie*, era fundado sob a direção de Paul Vidal de la Blache e Marcel Dubois que propunham o

¹ Compreende-se suporte de informação como suporte material de algum registro informacional (PAIVA, 2016).

² De acordo com a Plataforma Sucupira (2016), o estrato Qualis/CAPES dos *Annales de Géographie* é o mais elevado: o A1, correspondendo ao Fator de Impacto igual ou superior a 3,800.

agrupamento de informações e de trabalhos originais geográficos, os quais contribuiriam para a institucionalização da Geografia na Europa. Em algumas décadas, o periódico se converteria o núcleo do pensamento geográfico francês, tornando-se uma referência na discussão de pesquisas geográficas em escala mundial. Observa-se que o periódico segue em atividade ininterrupta desde sua criação – tendo suas publicações iniciadas em 1892 – atestando a orientação da pesquisa geográfica francesa e equiparando-se em um importante segmento da literatura científica (GEORGE, 1984).

A avaliação da produção científica comprova que o conhecimento está em permanente transformação e, portanto, demanda-se que a periodização seja realizada regularmente, uma vez que a partir dela se estabelecem novas avaliações críticas referentes ao desenvolvimento de todas as áreas de estudo. Em outras palavras, cria-se a possibilidade de uma análise histórica da ciência pela qual são evidenciados os temas e as abordagens dominantes de determinado campo científico no espaço e no tempo (ANDRADE, 1987). “Além de fonte privilegiada da história da ciência, o periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas” (FREITAS, 2006, p. 54).

Isto posto, a coleção dos *Annales de Géographie* permite um resgate científico expressivo quanto ao desenvolvimento de muitas subáreas da Geografia. Dentre as subáreas, delimita-se a Geografia Urbana no período clássico da Ciência Geográfica como cerne desta análise, uma vez que nesse contexto se observa uma intensificação do processo de urbanização das cidades europeias resultante dos impactos associados da Modernidade e da Revolução Industrial, sendo as experiências da França e do Reino Unido emblemáticas³, respectivamente (SPOSITO, 2014). Portanto, esta pesquisa se enquadra na linha de *Estudos Urbanos e Regionais (EUR)*, compartilhando duas temáticas prioritárias: Epistemologia da Geografia e Cidades.

A urbanização é antiga nos países europeus, sendo um processo realizado lentamente e acompanhado das revoluções tecnológicas (SANTOS, 2012a). No século XVIII, a cidade se renova, abandonando as muralhas como característica de

³ O pioneirismo industrial inglês que promove a construção de grandes centros urbanos como Londres no final do século XVIII e a modernidade materializada na transformação de Paris por Haussmann em meados do século XIX (BRESCIANI, 1984-85).

urbanização e começando a incorporar outros elementos que produziriam um novo tipo de urbanização; uma urbanização de origem industrial⁴. Esta mudaria o cotidiano da sociedade e o pensamento do que se compreende por cidade; elas eram dotadas de funções e de atividades (LEPETIT, 2016). “[...] a cidade configura o espaço por excelência da transformação, ou seja, do progresso e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida” (BRESCIANI, 1984-85, p. 39).

Determinada a Geografia Urbana como escopo do estudo, pontua-se que as condições históricas influenciam a produção científica de cada país e oportuniza caminhos específicos para o desenvolvimento da ciência, concebendo novos temas e novas abordagens diante do contexto vivido pelas diferentes sociedades. “Desde aproximadamente 1880 até a deflagração da I Guerra Mundial, uma série de mudanças radicais na tecnologia e na cultura criou modos novos e distintos de pensar o tempo e o espaço e de vivenciá-los” (KERN, 1983, p. 1). Assim, estabelece-se o questionamento central da pesquisa: Qual perspectiva da Geografia Urbana foi promovida pela produção científica dos *Annales de Géographie* no período clássico⁵ da Ciência Geográfica (1892-1950)?⁶

Reiterando o protagonismo da Revolução Industrial no processo de urbanização das cidades, acredita-se que outros eventos⁷ marcaram a diversidade dos temas e das abordagens identificadas nas publicações científicas dos *Annales de Géographie*. Com as transformações socioespaciais que acometiam as cidades europeias, supõe-se que a sensibilidade dos autores ao contexto vigente seja percebida na leitura dos artigos científicos. Além disso, presume-se que o percurso clássico da Geografia Urbana possa ser identificado e analisado a partir das contribuições internacionais, cujas experiências modificaram a forma de (re)pensar o espaço urbano, haja vista que o propósito do periódico se pautava na legitimação da Ciência Geográfica.

⁴ Em complemento, Santos (2012a) aponta que a Revolução Industrial intensificou o crescimento da população urbana na Europa e na América do Norte entre 1850-1900.

⁵ Compreende-se clássico como os grandes escritos de formação que resistiram ao tempo, aqueles que são relevantes pela capacidade de transmissão de conhecimentos preciosos que se aplicam para qualquer momento da existência humana (CALVINO, 1993).

⁶ Destaca-se que o período, em questão, considera o ano em que os *Annales de Géographie* iniciam as publicações dos trabalhos geográficos, inserindo-se no período clássico da Geografia, o qual é datado anteriormente.

⁷ Belle Époque (1871-1914), Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Gripe Espanhola (1918-1920), Ascensão do Nazi-Fascismo (1919-1939), Grande Depressão (1929-1939) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a perspectiva da Geografia Urbana pela produção científica dos *Annales de Géographie* no período clássico da Ciência Geográfica (1892-1950).

Os objetivos específicos são:

- Identificar o perfil dos autores que publicaram artigos científicos de Geografia Urbana nos *Annales de Géographie* (1892-1950).
- Avaliar o conteúdo dos artigos científicos dos *Annales de Géographie* que contêm cidades do Reino Unido e da França.

A produção científica dos *Annales de Géographie* se coloca como fonte de informação primária e imprescindível quando analisada em coleção, uma vez que se propicia uma lente de leitura do desenvolvimento dos estudos urbanos na Modernidade e, naturalmente, no período clássico da Ciência Geográfica. Assim, as publicações científicas do periódico podem revelar discussões plurais a respeito dos fenômenos geográficos do espaço urbano em escala mundial e a importância da intervenção do ser humano nele, acentuando, por sua vez, a efervescência da subárea de Geografia Urbana no final do século XIX e início do século XX.

De acordo com Godoy (2010), as pesquisas que centralizam as discussões das trajetórias percorridas pela Ciência Geográfica devem ser incentivadas para a compreensão dela para/com o mundo. “De outro lado, é fundamental a avaliação crítica de nosso trabalho, na medida em que o conhecimento se coloca como processo cumulativo e seu desenvolvimento dá-se, essencialmente, pelo comportamento crítico” (CARLOS, 1994, p. 9).

A História do Pensamento Geográfico consiste em um campo de discussões teóricas, filosóficas, institucionais, epistemológicas e metodológicas. Embora sua relevância seja reconhecida entre os geógrafos, existem poucos estudos dedicados aos problemas enfrentados pela geografia em sua trajetória científica, histórica e social (GODOY, 2010, p. 8).

Pinchemel (1980, p. 166, tradução minha)⁸ ressalta que “a história de uma geografia é, a priori, a história de enraizamento de uma sociedade no meio, de suas relações com o meio [...]”. Assim, a constituição do campo científico é uma expressão socioespacial resultante do desenvolvimento da humanidade que observa as características espaciais ao seu entorno e vivencia os fenômenos geográficos de

⁸ “L’histoire d’une géographie est d’abord l’histoire de l’enracinement d’une société dans un milieu, de ses relations avec ce milieu, de ses relations avec ce milieu [...]”

sua realidade. Em outras palavras, o pensamento geográfico está integrado ao espaço e ao tempo, se desenvolvendo constantemente.

2 HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A história da Geografia está orientada pela divisão de três cortes no tempo, sendo o primeiro e o segundo importantes para a compreensão do contexto que abrange o problema da pesquisa. Isto posto, o primeiro se refere aos tempos heroicos, no qual se identifica o impacto provocado pelo espírito naturalista no final do século XVIII; o segundo se refere ao final do século XIX, momento crucial para a institucionalização da Geografia como ciência, propriamente dita; e o terceiro está marcado pelo pós-Segunda Guerra Mundial, revelando a constituição de uma nova perspectiva geográfica, fortemente ancorada no lado social (GOMES, 2000).

Na Grécia Antiga, o termo *geografia* era comum e já demarcava as discussões de dimensões intangíveis, por exemplo: Aristóteles guiava uma série de estudos de ordem climática, regional e política, e, no entanto, não os correlacionava. Com efeito, o pensamento grego compreendia discussões geográficas, estabelecendo a incipiência do conhecimento geográfico; uma fase em que as informações se manifestavam dispersas e desorganizadas, sem uma unidade. Essa característica fragmentária permanecia atrelada ao conhecimento geográfico durante muito tempo, o que assinalava o tom embrionário da Geografia (MORAES, 2007).

A inexistência de uma unidade geográfica continuava promovendo estudos pontuais e restritivos, os quais impossibilitavam a compreensão da totalidade e a consolidação do conhecimento geográfico. É o imperialismo europeu que, no fim da Idade Média, oportunizava o desenvolvimento da Geografia com as expedições marítimas, as quais se serviam de tal perspectiva para a navegação, a coleta e o registro de informações dos outros continentes, principalmente da América (MORAES, 2007). Com a invenção da imprensa no Renascimento, as publicações geográficas se tornavam importantes e intensificavam a circulação e o intercâmbio dos estudos parciais de diversos lugares (LENCIONI, 2014).

Os materiais escritos eram atribuídos ao acervo do que se compreendia de uma Geografia Clássica composto de;

[...] relatos de viagem escritos em tom literário; compêndios de curiosidades sobre lugares exóticos; áridos relatórios estatísticos de órgãos de administração, obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos sobre os continentes e os países do globo, etc. (MORAES, 2007, p. 50).

As *novas terras* do Ocidente não se restringiam aos fins científicos; a atividade econômica estabelecida nas Américas oportunizava a *retirada* de recursos naturais para a Europa, acelerando seu desenvolvimento econômico e assegurando a relevância da Geografia nas sociedades modernas. As expedições na América Latina e a *descoberta* das terras virgens e suas riquezas garantiam o salto econômico da civilização europeia, estabelecendo uma nova ordem econômica mundial. “O saqueio, interno e externo, foi o meio mais importante para a acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, possibilitou o surgimento de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial” (GALEANO, 2002, p. 40).

Do capitalismo mercantilista no período colonial ao capitalismo concorrencial no período industrial, o impacto socioeconômico era repercutido em escala global e reforçava a ideia de uma hierarquia centro-periferia (SANTOS, 2012b). A Geografia, em si, desempenhava um papel fundamental na estruturação hierárquica determinada pelo capitalismo mundial; a grande indústria da Revolução Industrial demandava matérias-primas em ritmo crescente, o que implicava a valorização dos estudos dos lugares, uma vez que era necessário o conhecimento dos recursos naturais e econômicos do mundo (LENCIONI, 2014).

Entre a Renascença e a Modernidade, a riqueza de discussões científicas era indelével. A transformação dos saberes em ciência havia sido possibilitada pela (re)interpretação das tradições no contexto do século XVIII; no que se refere ao conhecimento geográfico, novas perspectivas eram adotadas nas discussões, “[...] seja pelo novo olhar que foi lançado sobre a natureza, o homem e suas relações recíprocas, seja pelo estabelecimento das novas regras e princípios que fundam o pensamento científico moderno” (GOMES, 2000, p. 132).

O século XVIII indicava uma emergência geográfica que clamava por novas perspectivas e, embora não demonstrasse uma unidade, a Geografia passava a ser ensinada como disciplina escolar na segunda metade do século XVIII. “Foi em Königsberg que o conhecimento geográfico apareceu como uma disciplina particular de ensino, denominada de Geografia Física, tendo sido inaugurada por Emmanuel Kant que, entre 1756 e 1796, dedicou-se ao ensino” (LENCIONI, 2014, p. 68). Kant se tornava o primeiro pensador que fundamentava um discurso científico da geografia (GOMES, 2000).

A primeira tarefa da geografia na Modernidade era a (re)atualização dos conhecimentos, “[...] ajustando-os às exigências do discurso científico” (GOMES, 2000, p. 127). Para tanto, Kant propunha uma análise sintética de informações sobre as paisagens em relatos de viagens e compêndios para organizá-las, sistematizá-las e classificá-las, “[...] produzindo algo que poderia ser chamado de taxonomia do mundo físico” (RIBEIRO, 2011, p. 5). As generalizações de Kant eram sustentadas pelo idealismo alemão. “É em Emmanuel Kant que vamos encontrar a raiz da ideia de que o fundamento da Geografia é o espaço” (LENCIONI, 2014, p. 67).

[...] Kant define geografia como uma ‘descrição segundo o espaço’. Logo, esta ciência seria uma descrição da natureza e não uma história da natureza; ela seria uma fisiografia, ou seja, uma descrição dos fenômenos e das produções da natureza e não uma fisiogonia. [...] Kant, assim, atribui à geografia a tarefa de levar a efeito uma descrição sistematicamente ordenada das coisas da natureza que se acham na superfície da Terra (VITTE; RIBAS, 2011, p. 74).

A contribuição de Kant manifestava uma perspectiva sistêmica da Geografia, na qual se relacionava o ser humano e a natureza em harmonia. Complementares. Uma nova consciência se formava para o conceito de espaço, que era compreendido como uma condição de toda experiência dos objetos e uma “[...] condição de possibilidade dos fenômenos e não como uma determinação deles resultante” (SANTOS, 2012b, p. 50). As referências filosóficas não eram somente essenciais para os primórdios de uma Ciência Geográfica, como também influenciavam os alemães Alexandre von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859).

Depois desses dois homens [Alexandre von Humboldt e Carl Ritter], que foram verdadeiramente iniciadores, veio um grande número de viajantes e estudiosos que se deram por missão percorrer o planeta, estudá-lo e descrevê-lo (RECLUS, 2015, p. 61-62).

Esses dois alemães sinalizavam a sistematização da Geografia; com “[...] Humboldt e Ritter, o estudo da superfície da Terra como um todo coerente e harmônico se realizou por meio de múltiplas relações, incluindo as estabelecidas entre os aspectos da natureza e os aspectos humanos” (LENCIONI, 2014, p. 88). O pressuposto central para se compreender a realidade apoiava-se na análise da relação estabelecida entre o ser humano e a natureza. Isto posto, os estudos particulares que realizavam a descrição dos lugares, para a elaboração de mapas

principalmente, eram superados pela “[...] busca da unidade e causalidade dos fenômenos” (LENCIONI, 2014, p. 88).

Embora seguissem diferentes caminhos, Humboldt e Ritter reforçavam o pensamento harmônico das relações na superfície terrestre, contemplando a relação sociedade-natureza; a perspectiva de conjunto era uma característica *sine qua non*. Alinhado ao reino da Prússia, Humboldt era um dos maiores viajantes da História que, utilizando-se do conhecimento geográfico, interpretava a natureza; retomava-se a perspectiva das viagens do século XVIII e somava-se à ela a preocupação permanente de elaborar comparações e raciocínios gerais e evolutivos. “Ele descrevia cada fenômeno na relação com os outros, acentuando sua interação recíproca” (GOMES, 2000, p. 151).

Associado ao movimento do romantismo, Humboldt contestava a hegemonia do racionalismo científico e se colocava como adepto do movimento de ruptura com o Iluminismo; afirmava-se, portanto, “[...] a necessidade de poetizar as ciências (GOMES, 2000, p. 153). No discurso *humboldtiano* a combinação da racionalidade e da emoção eram facilmente identificados, definindo os prazeres da contemplação e da intelectualidade; em um primeiro momento, concerne-se a descrição da diversidade das formas e dos fenômenos de forma poética e, em um segundo momento, compreende-se as leis da natureza (GOMES, 2000).

A geografia proposta por Humboldt engloba, portanto, uma reflexão sobre o homem e uma reflexão sobre a natureza, as duas tomadas sob um mesmo patamar de inteligibilidade. [...] Humboldt legou à posteridade as bases de uma nova ciência, rica em tradições e, ao mesmo tempo, moderna e sistemática. Ele legou também, a partir desse programa, o papel talvez maior da geografia dos novos tempos, o de produzir um discurso e uma imagem coerente e científica do mundo moderno (GOMES, 2000, p. 162).

Ritter, por sua vez, se direcionou ao ambiente universitário, tornando-se professor de Geografia na Universidade de Berlim e o primeiro presidente da Associação Geográfica de Berlim; sua metodologia de ensino se sustentava na comparação das partes do todo (LENCIONI, 2014). O conhecimento geográfico era um conjunto desordenado de dados para Ritter que pretendia “[...] estabelecer as novas bases de um saber organizado e metodologicamente rigoroso” (GOMES, 2000, p. 163). Isto posto, uma ordem era imperativa na concepção *ritteriana*, uma vez que a organização geral da natureza possibilitava a identificação da coerência que exprime e explica as causalidades particulares (GOMES, 2000).

A adoção de uma conduta moderna para a geografia era uma recomendação de Ritter, visando a generalização e o estabelecimento de leis; outrossim, recomendava-se um procedimento objetivo e uniforme para a definição de conceitos (GOMES, 2000). Humboldt e Ritter eram apontados como os precursores da Geografia Geral e da Geografia Regional, respectivamente (LENCIONI, 2014). O racionalismo e o romantismo dos dois geógrafos são, em última análise, “[...] complementares de um mesmo e único conhecimento científico” (GOMES, 2000, p. 174).

Além do sucesso dos trabalhos de Ritter e de seus discípulos, a geografia alemã se beneficiou do prestígio que lhe conferiram suas numerosas publicações. Daí resultou um sentimento muito forte de inferioridade em relação à geografia alemã que se difundiu entre os franceses, fossem eles geógrafos ou não (BERDOULAY, 2018, p. 22).

A Alemanha passava a ser considerada uma referência do pensamento geográfico, demonstrando preocupações com “[...] uma sistematização da explicação e por uma descrição metódica na geografia” (GOMES, 2000, p. 80). Entretanto, o contexto alemão não acompanhava tal prosperidade que era percebida na Geografia; ainda era um território predominantemente feudal anexado ao Império Prussiano, compartilhando, cada vez mais, um anseio pela unificação nacional. Era imperativo a centralização do poder. A unificação da Alemanha se materializava em 1871 com a iminência da industrialização e a consolidação do mercado interno. Diante do cenário descrito, os estudos geográficos se mostravam mais interessantes para se compreender as mudanças vivenciadas no território alemão (MORAES, 2007).

O imperialismo europeu contribuía para a reformulação do pensamento geográfico e as expedições marítimas se mostravam um dos meios mais importantes para esse desenvolvimento. Aos poucos, as expedições marítimas centralizavam seus propósitos como científicos, o que colaborava, conseqüentemente, para/com o desenvolvimento epistemológico e a institucionalização da Geografia⁹. “O conhecimento geográfico se expandiu correlato à ampliação do horizonte geográfico produzido pela aventura humana” (LENCIONI, 2014, p. 70-71).

⁹ Um dos órgãos que deu corpo a esta corrente, mobilizando uma elite urbana crente nos valores do progresso e modernização, foi a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), fundada em 1875 com o propósito explícito de promover o gosto e a prática da geografia, ou seja, o conhecimento científico dos territórios (BASTOS, 2013, p. 322).

As sociedades de geografia foram conhecidas pelo papel que desempenharam na acumulação, no encorajamento e na difusão de saber geográfico (em particular, os resultados de exploração e viagens). Sua contribuição foi considerável no que concerne ao crescimento do público para os estudos geográficos e o alargamento dos temas de interesse (BERDOULAY, 2017, p. 36).

No final do século XIX, encerrava-se os tempos heroicos e anunciava-se um novo momento para a história do pensamento geográfico: a consolidação da Ciência Geográfica; um período em que são propostas a organização e a especificação da disciplina e sua inserção nas instituições de conhecimento. “De fato, foi no século XIX que apareceu o discurso geográfico escolar e universitário [...]” (LACOSTE, 2012, p. 26). O desdobramento do debate geográfico era interpretado como sendo a retomada das contribuições populares no Século das Luzes (GOMES, 2000).

2.1 Ciência geográfica

O conhecimento filosófico se mostrava uma influência comum entre os geógrafos; os pilares das escolas geográficas, que se constituíam no final do século XIX e no início do século XX, não fugiam à regra. Pelo contrário, compartilhavam a contribuição de grandes referências que impactaram a história do conhecimento científico como René Descartes, Immanuel Kant, Charles Darwin e Augusto Comte. Este último contribuía fortemente para uma Ciência Geográfica com a adoção do positivismo¹⁰, uma doutrina científica que dominava o século XIX e era compreendida como um grande modelo metodológico nas ciências naturais (LAVILLE; DIONE, 1999).

O positivismo repercutia profundamente no campo científico do século XIX e, paralelamente, os temas geográficos se valorizavam, cada vez mais, em outras áreas do conhecimento, as quais legitimavam a cidadania acadêmica da Geografia (MORAES, 2007). Assim, as contribuições dos campos de conhecimento¹¹, dentro da abordagem do positivismo, viabilizavam a sistematização do conhecimento e a consolidação da unidade que tanto faltava à Geografia. No que se refere ao contexto

¹⁰ O positivismo se caracterizava por cinco elementos: empirismo, objetividade, experimentação, validade e leis e previsão (LAVILLE; DIONE, 1999).

¹¹ Muitos trabalhos de autores da Economia Política como Adam Smith e Malthus ampliavam a relevância dos temas geográficos, assegurando-os um registro frequente de citações nos trabalhos responsáveis pela sistematização da Geografia. Além de abordagens econômico-políticas, as teorias do Evolucionismo de Darwin e Lamarck são incorporadas nas pesquisas geográficas, influenciando fortemente a constituição da metodologia naturalista (MORAES, 2007).

geral, o positivismo e o capitalismo industrial se desenvolviam simultaneamente, reforçando o utilitarismo precedente do capitalismo mercantil com a perspectiva científica.

A sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX. E nem poderia ser de outro modo, pois pensar a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava um certo número de condições históricas que somente nessa época estão suficientemente maturadas. Estes pressupostos históricos da sistematização geográfica objetivam-se no processo de avanço e domínio das relações capitalistas de produção. Assim, na própria constituição do modo de produção capitalista (MORAES, 2007, p. 50-51).

Com efeito, o conhecimento científico estava imerso no domínio do positivismo. E, sob tais condições, estabeleciam-se os primeiros paradigmas da Geografia: *a exploração, o determinismo ambiental e o possibilismo e a região e o regionalismo* (JOHNSTON, 1986). Entretanto, frisa-se que o segundo paradigma mencionado não deve ser compreendido como um rótulo engessado de uma suposta disputa antagônica, uma vez que são teorias complementares e, comumente, mal interpretadas no meio acadêmico (CARVALHO JUNIOR; MORAES SOBRINHO, 2017).

Anteriormente, as atividades geográficas eram motivadas pelo imperialismo europeu e, por meio delas, se exploravam os outros continentes, dos quais eram coletadas muitas informações que constituíam inúmeros acervos e/ou eram vendidas para o mercado; estas informações eram relevantes para aquela sociedade, uma relação que legitimava o primeiro paradigma: a exploração. “A instrução e a pesquisa geográficas eram consideradas úteis à conquista e à exploração de colônias [...]” (BERDOULAY, 2017, p. 14).

Quanto mais informações estavam disponíveis, menor se tornava a frequência das expedições marítimas. O primeiro paradigma não beneficiava somente à economia, mas à educação também, conduzindo uma série de reuniões com instituições europeias, principalmente com as universidades que, aos poucos, reconhecia a Geografia (JOHNSTON, 1986). “O desafio alemão foi uma grande questão da sociedade da época, de cuja influência a geografia francesa não escapou. Ele a incitou fortemente a melhorar a organização de seu ensino e a institucionalizá-lo nas universidades” (BERDOULAY, 2018, p. 28).

As expedições marítimas se centralizavam mais como aventuras científicas e militares das sociedades geográficas. A qualificação do conhecimento geográfico era, ainda mais, valorizada com o nacionalismo pungente que estava em curso na Europa no século XIX; as informações geográficas eram compreendidas como estratégicas e estavam sob o controle do Estado, administrando-as conforme os interesses políticos. (LENCIONI, 2014). “De fato, o movimento colonial francês estava intimamente ligado ao ímpeto nacionalista que se seguiu à guerra de 1870” (BERDOULAY, 2017, p. 33).

Ensejada pela Geografia, a construção da identidade nacional era uma das ações estatais que influenciava sua institucionalização, oferecendo-a como disciplina nas escolas e nas universidades no século XIX (LENCIONI, 2014). Uma contribuição da geografia política¹² já descrevia que o senso geográfico era uma condição *sine qua non* para o estabelecimento da conexão do Estado com o território (COSTA, 2013). A unificação da Alemanha em 1871, por exemplo, era viabilizada pela formação de um ideal nacionalista que ecoava o romantismo alemão, um estilo de época que estava incumbido de ufanar a nação alemã.

Desde o fim do século XIX, primeiro na Alemanha e depois sobretudo na França, a geografia dos professores se desdobrou como discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico, enumeração de elementos de conhecimento mais ou menos ligados entre si pelos diversos tipos de raciocínios, que têm todos um ponto comum: mascarar sua utilidade prática na conduta da guerra ou na organização do Estado (LACOSTE, 2012, p. 32).

A importância da disciplina se reverberava no meio educacional europeu do século XIX devido aos conflitos entre os Estados-Nação; esta percepção era ampliada com a guerra Franco-Prussiana (1870-1871), na qual o conhecimento geográfico prussiano se mostrava imponente, assegurando o triunfo da Prússia sobre o território francês (MORAES, 2007). Diante do desfecho, as pesquisas geográficas começavam a ser estimuladas pelo Estado da França e o ensino da disciplina nas instituições europeias começavam a visar o doutrinamento nacionalista (LACOSTE, 2012).

¹² Lançada em 1897, a obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, *La géographie politique*, descrevia a política nacional como um fenômeno que expressava “[...] mais que a raça e a língua comuns, um território comum” (COSTA, 2013, p. 35).

Após a guerra, ao se tornar claro que numerosos oficiais do exército francês eram incapazes de ler os mapas topográficos e não possuíam um bom conhecimento das regiões nas quais lutavam, generalizou-se o sentimento de que o ensino da geografia devia ser melhorado (BERDOULAY, 2017, p. 13).

Os primeiros departamentos universitários de Geografia haviam sido criados na década de 1870 na Alemanha e, posteriormente, se espalhavam pelas outras nacionalidades, como a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. “Antes de 1874, a Geografia era objeto de estudo por parte de amadores ou de cientistas treinados em outros campos” (JOHNSTON, 1986, p. 55). A institucionalização do campo anunciava o segundo paradigma nos séculos XIX-XX: o determinismo ambiental e o possibilismo, ambos eram reflexos das primeiras tentativas de generalização; o primeiro era idealizado pelo alemão Friedrich Ratzel e o segundo pelos seguidores do francês Paul Vidal de la Blache (JOHNSTON, 1986).

Com a unificação da Alemanha em 1871, Ratzel ponderava algumas questões que tocavam mais o campo sociopolítico, como a construção da identidade nacional do novo Estado e o papel que a Geografia desempenhava nesse processo. O interesse temático pelo Estado era percebido em suas obras que expressavam uma abordagem político-territorial, sinalizando uma Ciência Política incipiente. Altamente influenciado pelas ciências naturais – principalmente pelos pressupostos *darwinistas* – a Geografia de Ratzel absorvia muitas terminologias dessas pesquisas, incorporando, por sua vez, a natureza e a sociedade em seus conceitos (LENCIONI, 2014).

A ideia de organismo foi emprestada por Ratzel da biogeografia, para a qual o solo condiciona as formas elementares e complexas de vida. Nesse sentido, o Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar etc. (COSTA, 2013, p. 35).

Os escritos *ratzelianos* relatavam o subdesenvolvimento do Estado da Alemanha em comparação aos outros Estados da Europa no final do século XIX. Isto posto, Ratzel articulava o conhecimento geográfico na elaboração de planos estatais estratégicos, nos quais eram discutidas considerações sobre as dinâmicas estabelecidas no solo e a atuação do ser humano nele; um dos conceitos aplicados era o espaço vital que representava “[...] uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas

necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2007, p. 70).

Nesse sentido, o espaço vital justificava o expansionismo político dos Estados, o que era compreendido como uma etapa do progresso de uma sociedade; era uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de qualquer Estado. Da contribuição de Ratzel, resultava uma teoria conhecida como determinismo¹³ ambiental, da qual se depreendia a noção de que as condições naturais *determinavam*¹⁴ as formas de vida sobre o solo, inclusive os seres humanos, compreendendo-os como agentes passivos. Entretanto, essa teoria seria criticada pela sua limitação e pelo seu reducionismo em muitos grupos de geógrafos da escola francesa (LENCIONI, 2014).

Sobre a dualidade determinismo/possibilismo, Lucien Febvre (1925), historiador francês, em seu livro ‘A Terra e a Evolução Humana’, foi um dos grandes colaboradores na criação e disseminação dessa falsa dualidade, que é fruto de uma redução do conflito teórico-ideológico de sua época, estabelecido entre as enclausuradas geografias nacionais da Alemanha e da França. Assim, cada uma dessas escolas ficou impregnada com os rótulos: Determinismo (imposto a Ratzel) e Possibilismo (imposto a la Blache), respectivamente. Essa estigmatização contribuiu para criar imagens errôneas sobre os dois autores, e por muito tempo Ratzel foi rotulado como um ‘voraz determinista geográfico’ e la Blache como um ‘inocente possibilista geográfico’ (CARVALHO JUNIOR; MORAES SOBRINHO, 2017, p. 172).

A formação naturalista de Ratzel fazia dele um leitor dedicado das obras de Darwin, sendo o determinismo ambiental inspirado diretamente nas ideias do evolucionismo. “A retomada do determinismo sob o ponto de vista do evolucionismo indica uma importante mudança de perspectiva com relação às teses mecanicistas existentes até então” (GOMES, 2000, p. 184). De fato, a concepção de causa e efeito imediatistas e determinadas não espelhavam sua teoria, pelo contrário, compreendia-se um raciocínio que considerava “[...] uma determinação produzida ao

¹³ “O determinismo é talvez tão antigo quanto a faculdade de refletir. De fato, parece que atribuir o papel de causa a certas circunstâncias, e explicar os fenômenos como suas conseqüências diretas, supõe uma lógica de base muito simples. A estrutura de subordinação da linguagem reflete, por exemplo, esse gênero de raciocínio. Em outros termos, pode-se considerar que as raízes da reflexão determinista são de certa maneira inconscientes e inerentes à linguagem e ao pensamento (GOMES, 2000, p. 175).

¹⁴ O determinismo ambiental absoluto era resultado de um conflito teórico-ideológico da época; uma ideia que jamais existiu, mas que se desenvolveu em grupos de geógrafos nacionalistas e se propagou nas gerações futuras ao longo do século XX, gerando interpretações errôneas da teoria (CARVALHO JUNIOR; MORAES SOBRINHO, 2017).

longo de um processo de evolução e de diferenciação” (GOMES, 2000, p. 185). A contribuição de Ratzel marcava o ingresso da geografia na modernidade científica.

[...] o determinismo de Ratzel constitui um momento mítico da geografia. Todas as vezes que o tema da objetividade, do modelo racionalista ou da ciência positiva é abordado, o nome de Ratzel é invocado como sendo o fundador desta concepção. A geografia viu nascer outros determinismos: o econômico; de influência marxista; o lógico-matemático, da Nova Geografia; o psicológico da escola da percepção behaviorista, mas é sempre em relação a este momento fundador instituído por Ratzel que tais movimentos se situam (GOMES, 2000, p. 188).

Uma retórica francesa era estruturada pelo possibilismo; um discurso francês construído pelas contribuições de muitos geógrafos que acompanharam Paul Vidal de la Blache; este criticava o expansionismo alemão e, principalmente, quando desconsiderava a geografia histórica dos povos (BERDOULAY, 2017). Embora haja semelhança estrutural entre os dois modelos, o possibilismo pregava a flexibilização da atuação do ser humano no meio físico, alterando sua condição de passivo para ativo e oferecendo-lhe possibilidades para as práticas sociais (LENCIONI, 2014).

Infelizmente, os termos determinismo ambiental e possibilismo haviam sido deturpados semanticamente nos discursos de opositores, estabelecendo um entendimento equivocado de ambas as teorias, as quais, na verdade, são consideradas versões diferentes uma da outra, impossibilitando tal antagonismo. Aliás, os principais geógrafos possibilistas – Lucien Febvre, Jean Brunhes e, até mesmo, Paul Vidal de la Blache – expressavam as mesmas ideias que muitos geógrafos deterministas, porém utilizando palavras distintas em seus trabalhos¹⁵ (CARVALHO JUNIOR; MORAES SOBRINHO, 2017).

[...] o determinismo ambiental em geral nunca negou a liberdade humana e sua capacidade de adaptação e transformação da natureza e apenas nos casos mais extremados pré-Ratzel, é que os deterministas formularam explicações apressadas sem algum suporte de evidências. Por seu turno, o possibilismo jamais deixou de reconhecer que o ambiente pode oferecer obstáculos de uma importância tal, que chega ao ponto de restringir ao mínimo o número de opções disponíveis para essa sociedade na busca de seu desenvolvimento, e raramente negou que a natureza não pudesse impedir por completo determinadas atividades e escolhas humanas (CARVALHO JUNIOR; MORAES SOBRINHO, 2017, p. 193).

¹⁵ “As similaridades entre possibilistas e deterministas são tantas, que levaram o antropólogo Franz Boas, na década de 20, a impingir o rótulo de ‘determinista’ a inúmeros autores considerados na época como ‘possibilistas’” (CARVALHO JUNIOR; MORAES SOBRINHO, 2017, p. 175).

Apesar das críticas ao determinismo ambiental, os geógrafos *vidalianos* celebravam a contribuição da geografia alemã, algo que não era comum em outros grupos de geógrafos franceses no final do século XIX. Desde os anos 1870, o próprio Vidal viajava até a Alemanha para acompanhar os seminários e conhecer os laboratórios dos grandes geógrafos alemães, como Ferdinand von Richthofen, Oskar Peschel, Theobald Fisher e Ratzel (BERDOULAY, 2017).

Logo, entre todos os geógrafos franceses, os *vidalianos* apareciam como modestos e fiéis discípulos da geografia alemã. Muito cedo, antes mesmo de se voltar para a geografia, Vidal não dissimulava sua estima e sua dívida com a Alemanha: as poucas referências bibliográficas a autores modernos encontradas em sua tese de história (estudos de epigrafia*) são todas de língua alemã (BERDOULAY, 2017, p. 24-25).

O geógrafo ocupava uma posição estratégica para a promoção da escola de geografia francesa e da geografia científica, propriamente dita. Em 1891, Vidal e Marcel Dubois fundavam a revista *Annales de Géographie* “[...] que tencionava promover a pesquisa e a reflexão, tanto na França como no estrangeiro” (BERDOULAY, 2017, p. 146).¹⁶ Enquanto instrumento de trabalho, a revista alcançaria uma relevância impressionante com as publicações científicas, as quais influenciavam a criação e a propagação de novas escolas de pensamento, equiparando-se a um verdadeiro centro de pesquisa (BERDOULAY, 2017).

O nome *Anais – Annales* – assinalava o propósito da revista; uma publicação científica regular que apresentava as principais pesquisas geográficas de determinado período. Havia uma intenção específica da equipe de direção da revista para que ela fosse o espelho da geografia, ou melhor, um manifesto que se qualificava como pedagógico, patriótico e científico. “O início do século XX é a época em que, ao redor da equipe dos *Annales*, uma ‘Escola francesa de geografia’ anuncia-se como tal [...]” (ROBIC; DOS SANTOS; RIBEIRO, 2013, p. 19).

Dentre as realizações observadas na atividade dos *Annales*, a denominação ‘geografia humana’ que designava, globalmente, uma geografia do homem é uma expressão que aparecia, inicialmente, nas publicações da década de 1891-1900 e se difundia nas próximas décadas. “A partir da virada de século, a geografia humana torna-se, para os redatores dos *Annales de Géographie*, em um dos principais ramos da geografia geral, ao lado da geografia física ou natural” (ROBIC; DOS

¹⁶ Inicialmente, a *Annales de Géographie* era dirigida pelos geógrafos Paul Vidal de la Blache e Marcel Dubois.

SANTOS; RIBEIRO, 2013, p. 23). Mais tarde, outros geógrafos ratificavam epistemologicamente a geografia humana, como o próprio Vidal o fez (ROBIC; DOS SANTOS; RIBEIRO, 2013).

A geografia *vidaliana* não era apenas descritiva, aplicavam-se categorias de análise que constituíam o discurso teórico e revelavam a composição de uma explicação. Na obra do francês, haviam quatro noções gerais que se interligavam em suas explicações: o *organismo*, o *meio*, a *ação humana* e o *gênero de vida*. O organismo é um lugar-comum, enquanto totalidade, que pode ser conhecido pela observação do seu desenvolvimento; uma noção que independe de escala e de fenômeno, podendo indicar a Terra, a paisagem, a região, as nações, a cidade, entre outros (GOMES, 2000).

O meio era o ponto de partida da pesquisa geográfica e se tratava do “[...] resultado de um campo de ação e de tensão particular que é próprio do objeto de conhecimento” (GOMES, 2000, p. 199). Era necessário, portanto, a observação dos elementos, das funções e dos limites que reconstituíam uma totalidade organizada. Isto posto, o meio está sujeito a uma grande força de transformação: a ação humana; esta compreendia uma relação espalhada, na qual o homem age sobre o meio ambiente e, simultaneamente, sofre sua ação. “Ela tem um papel central na organização do meio. Enquanto que, para o determinismo, o homem era apenas um elemento entre os outros, com Vidal, ele se faz mestre dos outros, pois se adapta à natureza e a transforma em seu próprio benefício” (GOMES, 2000, p. 200-201).¹⁷

A formação humana de Vidal redirecionava o caminho percorrido pelo pensamento geográfico europeu; a geografia positivista *la blachiana* adotava uma perspectiva histórica nas suas pesquisas regionais que centralizavam os aspectos físicos e humanos. Para tanto, o geógrafo incorporava a noção de gêneros de vida que eram compreendidos como “[...] a forma específica que cada grupo desenvolve, sua maneira de ser e de viver. Eles compõem um conjunto particular de atitudes que tira sua significação do interior do próprio grupo, seja pela maneira de vestir, de falar, de habitar [...]” (GOMES, 2000, p. 205).

Explicação e descrição correspondiam as etapas da abordagem *la blachiana*. Assim, oportunizavam-se três proposições do método *vidaliano*: observação (descrição), comparação (explicação) e conclusão (GOMES, 2000). Era comum

¹⁷ Evidentemente, não havia uma ideia absoluta sobre a capacidade de adaptação e de transformação do homem serem ilimitadas em relação às condições do meio (GOMES, 2000).

entre os geógrafos franceses o argumento de que Vidal havia elevado a geografia francesa ao nível da geografia alemã (BERDOULAY, 2017). A produção acadêmica de Vidal agrupava uma série de monografias descritivas com dados específicos que permitiam a compreensão do conhecimento geográfico de diferentes regiões (RIBEIRO, 2011).

Um dos principais fenômenos detectados por Vidal era as mudanças determinadas pela vida moderna; esta que espelhava uma nova forma e um novo conteúdo decorrente do desenvolvimento da economia e dos transportes. Uma nova concepção da administração e do planejamento do espaço na época era emergente, considerando atividades de importância crescente como a indústria, o comércio e a agricultura.¹⁸ Era “[...] um novo contexto espacial regional, mais ou menos especializado em função da ação dos centros urbanos, transformados nos novos pólos dinâmicos da vida econômica e social” (GOMES, 2000, p. 217).

Vidal viveu em uma época de grandes discussões sobre os limites de validade da ciência e sobre o melhor método para produzi-la. De uma certa maneira, sua obra, variada e rica de influências, reflete o ambiente de seu tempo. De um lado, ele sempre manteve o discurso sobre a importância de buscar a generalização, as leis e a explicação, reproduzindo o modelo de ciência objetiva. De outro, tirou proveito de todo um renascimento da tradição metafísica e de seu prolongamento nos movimentos como a Filosofia da Natureza ou o Romantismo. Estes movimentos, que acentuaram a importância da reflexão sobre as relações entre o homem e a natureza, inscreviam-se em toda uma outra tradição de ciência, tradição da qual encontramos certos ecos na geografia vidaliana. **Talvez aí resida o segredo do classicismo da obra de Vidal** (GOMES, 2000, p. 221-222, grifo meu).

A geografia *vidaliana* representava, portanto, “[...] uma perspectiva científica de vanguarda no ambiente intelectual francês na virada do século XIX para o XX [...]” (HAESBAERT; PEREIRA; RIBEIRO, 2012, p. 15). O regionalismo e a região – o terceiro paradigma – eram fortemente influenciados pela contribuição da escola Vidal de la Blache, mantendo-se uma referência na Ciência Geográfica até os anos 1950 (BERDOULAY, 2017).

¹⁸ Para tal temática, Vidal utilizava os seguintes conceitos: funcionalidade, modalidade, escalas, círculos de influência, desenvolvimento industrial e especialização espacial (GOMES, 2000).

2.2 Geografia urbana

O desenvolvimento da Ciência Geográfica se desmembrava em diferentes subáreas e, cada vez mais, se notava uma necessidade de comunicação entre os domínios da natureza e das humanidades nas pesquisas; embora seja uma ciência com seu próprio campo de investigação, a Geografia acessava muitas interfaces do conhecimento simultaneamente para a compreensão da totalidade (SOUZA; PEREIRA, 2017). Como um estudo científico de padrões espaciais, pretende-se uma “[...] compreensão dos princípios gerais que determinam a localização das características físicas e humanas” (CLARK, 1982, p. 18).

Iniciada no final do século XIX, a subárea de Geografia Urbana compunha um estudo especializado que versava a cidade moderna, uma forma de assentamento que se tornava o “[...] foco central da atividade econômica e social e de influência na moderna sociedade urbana” (CLARK, 1982, p. 17). Entretanto, frisa-se que as geografias regionais se ocupavam das cidades anteriormente a emergência da Geografia Urbana; as condições conjunturais modernas levaram a necessidade de um estudo especializado que desempenhasse uma análise da dinâmica espacial estabelecida nas cidades, sua industrialização e suas complexas consequências (ABREU, 1994).

O foco, em Geografia Urbana, dirige-se à compreensão daqueles processos sociais, econômicos e ambientais que determinam a localização, o arranjo espacial e a evolução dos lugares urbanos. Nessa ótica, a análise geográfica simultaneamente suplementa e complementa os ensinamentos pelas disciplinas aliadas das ciências sociais e ambientais, que reconhecem a cidade como sendo um objetivo específico de estudo (CLARK, 1982, p. 18-19).

Não obstante o papel central que a estrutura espacial da cidade havia desempenhado na constituição da Geografia Urbana, os estudos urbanos adotavam diferentes ênfases ao longo do tempo. “Tais mudanças de ênfase são, largamente, um produto das próprias mudanças na filosofia e na metodologia da Geografia, como um todo” (CLARK, 1982, p. 23). A incorporação da abordagem positivista na atividade científica geográfica, como mencionado na seção anterior deste capítulo, era refletida diretamente nos primeiros estudos urbanos; inicialmente eram muito descritivos, ressaltando os aspectos urbanísticos e peculiares (ABREU, 1994).

Nesse sentido, a investigação dos estudos urbanos versava a correlação dos aspectos explicitados na descrição das *paisagens* – os edifícios, as obras de arte, a população e atividades exercidas na cidade. A título de exemplo, a localização era uma variável que frequentemente espelhava a grandeza e a notoriedade das cidades (ABREU, 1994). “Os trabalhos anteriores ao século vinte foram extremamente descritivos e tipicamente atingindo pouco mais do que observações sobre a aparência física e impressões subjetivas dos lugares urbanos” (CLARK, 1982, p. 23).

Aos poucos, a abordagem descritiva começava a ser desaprovada pelos geógrafos que se aperfeiçoavam nos estudos urbanos e, que, por sua vez, almejavam a construção de um conhecimento geral e compreensivo da distribuição espacial e das consequências da localização geográfica das cidades. O crescimento urbano ininterrupto e a cidade como um sistema complexo se tornavam perceptíveis para o campo da Geografia Urbana e, conseqüentemente, demandava-se uma elaboração de ideias mais profundas que condissessem com a nova realidade (ABREU, 1994).

Os estudos urbanos analisavam as relações entre espaços urbanos, “[...] ampliando-se a perspectiva dos estudos, que, agora, extrapolam o âmbito limitado do espaço interno das cidades” (ABREU, 1994, p. 131). A consolidação da Geografia Urbana era marcada durante o período das duas guerras mundiais, no qual as importantes contribuições, como do australiano Marcel Arousseau e do francês Raoul Blanchard, serviam de modelos “[...] para inúmeros estudos de cidades em todos os continentes” (VASCONCELOS, 2012, p. 106).¹⁹

O geógrafo Blanchard (1911 *apud* VASCONCELOS, 2012) considerava a Geografia Urbana uma subárea em ascensão e as consequências da primeira guerra mundial explicitavam drasticamente os problemas do urbanismo. Com efeito, era um dos geógrafos urbanos do início do século XX que dava “[...] um cunho mais interpretativo ao estudo urbano” (ABREU, 1994, p. 131). A proposta metodológica de Blanchard era rigorosamente praticada nos estudos urbanos tanto pelos geógrafos franceses como pelos seus continuadores; os brasileiros, por exemplo, que “[...] iriam receber a influência da ‘escola francesa’” (VASCONCELOS, 2012, p. 118).

¹⁹ “Também é nesse período que as primeiras cidades brasileiras são estudadas por geógrafos estrangeiros” (VASCONCELOS, 2012, p. 117).

O método proposto por Blanchard começa pelo exame dos fatores geográficos na constituição e fixação da cidade, trabalhando com os dois conceitos de situação e sítio. A história, considerada pelo autor como 'ciência auxiliar' [sic], teria um papel para o entendimento da evolução urbana, enquanto que, a situação atual seria examinada a partir dos dados secundários disponíveis, pelas visitas ao terreno, completadas pelos inquéritos locais, concluído pelo estudo das funções/papéis, nos níveis locais e regionais. A relação função/forma é esboçada, concluindo por uma análise intraurbana (VASCONCELOS, 2012, p. 117).

Na década de 1930, o amadurecimento dos estudos urbanos era observado na Escola de Ecologia Humana de Chicago, nos Estados Unidos da América. Em diálogo com a Economia e a Sociologia, a Geografia Urbana penetrava as respectivas disciplinas para a elaboração de análises que compreendiam as mudanças sociais, rápidas e profundas, no espaço urbano. Assim, a subárea empregava o conhecimento geográfico para o planejamento urbano, “[...] dentro de uma perspectiva de controle e organização do espaço citadino, mas os resultados tinham desdobramentos também no campo, na região, no país, no mundo etc.” (ABREU, 1994, p. 132).

Os principais estudos urbanos, que versavam a organização espacial, eram inspirados, agora, dentro da abordagem neopositivista, se preocupando com o modelismo espacial e a análise espacial (CLARK, 1982). A Escola de Ecologia Humana de Chicago influenciava fortemente o pensamento acadêmico da Geografia e de outras disciplinas como a Antropologia, a Psicologia Social e a Comunicação. No que se refere ao campo geográfico, apontavam-se os trabalhos de hierarquia urbana e de uso do solo; no primeiro grupo, mencionam-se Walter Christaller e August Lösch, os quais contribuíam para o desenvolvimento da Teorias dos Lugares Centrais (TLC)²⁰; no segundo grupo, Ernest Burgess (teoria das zonas concêntricas) e Homer Hoyt (teoria dos setores) identificavam “[...] padrões diferenciados do uso do solo urbano em função das atividades exercidas na cidade” (ABREU, 1994, p. 132).

A partir da década de 1950, outras perspectivas dos estudos urbanos na Geografia eram anunciadas, rompendo com a linha teórico-metodológica, o neopositivismo, que havia se consolidado nas décadas anteriores (ABREU, 1994). Os novos métodos de interpretação começavam a ser implementados no corpo da

²⁰ Christaller estabeleceria uma hierarquização das cidades alemãs em conformidade com os serviços citadinos ofertados nelas. Lösch, por sua vez, acrescentaria outras variáveis em sua análise, por exemplo: a distância que alterara o custo dos serviços (ABREU, 1994).

Geografia Urbana, concedendo múltiplas referências teórico-metodológicas, uma vez que os geógrafos urbanos estavam mais interessados nos “[...] aspectos comportamentais e políticos da estrutura urbana” (CLARK, 1982, p. 23).

3 HISTÓRIA DO CONHECIMENTO: A CIDADE EM PERSPECTIVA

Anteriormente as cidades, as aldeias eram as organizações socioespaciais que constituíam os aglomerados humanos. Datadas do período neolítico, as aldeias marcaram o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, os quais, por sua vez, garantiam a fecundidade, a nutrição e a proteção dos humanos. Assim, a domesticação do ser humano propiciava sua fixação em uma área permanente e possibilitava a condução, sem muitas preocupações, do “[...] ciclo de desenvolvimento natural de animais e produtos agrícolas” (SPOSITO, 2014, p. 12).

Santos (2012b, p. 201) reforça que a “[...] natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem torne o homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza”. Com efeito, as aldeias revelavam uma nova relação, na qual o ser humano se tornava um protagonista, uma vez que seu papel estava atrelado ao controle das atividades primárias; “a aldeia é, apenas, um aglomerado de agricultores” (SPOSITO, 2014, p. 13).

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para exercício desse intermédio (SANTOS, 2012b, p. 202).

Com o domínio das atividades primárias, os seres humanos se aperfeiçoavam em outras atividades, exemplificando: a construção de moradias, o desenvolvimento do comércio e os novos instrumentos agrícolas. Assim, instrumentos de pedras eram, gradualmente, acabados com materiais como cobre ou bronze (MOREY; GOMES, 2018). Entretanto, não eram tais realizações que elevariam as aldeias ao nível de cidades, mas, sim, sua organização social, que seria complexificada com a divisão do trabalho; esta era praticamente inexistente nas aldeias, uma vez que as atividades eram, no máximo, dadas mediante idade ou limite de força (SPOSITO, 2014).

Embora a ideia do surgimento da cidade, em um primeiro momento, esteja associada ao nível econômico, Sposito (2014) complementa que sua origem está atrelada aos níveis social e político, principalmente. Em outras palavras, a produção

não é uma característica exclusiva da cidade, mas, por outro lado, a dominação se qualifica como tal.

Em 3500 a.C. as primeiras cidades se estabeleciam na Mesopotâmia, uma região característica de clima semiárido, o que, conseqüentemente, dificultava o desenvolvimento de atividades primárias. As áreas próximas aos rios eram, portanto, estratégicas para a sobrevivência das civilizações. Isto posto, “[...] as primeiras cidades tiveram suas localizações determinadas pelas condições naturais, de um momento histórico, em que o desenvolvimento técnico da humanidade ainda não permitia a superação destas imposições” (SPOSITO, 2014, p. 18).

Aos poucos, as relações socioespaciais estabelecidas nas cidades antigas aumentavam e, cada vez mais, um novo modelo de mediação da civilização era aguardado. Apontado como elemento fundamental para a cidade, a invenção da escrita intensificaria o aprendizado humano, definindo uma nova relação com o conhecimento que, anteriormente, se realizava pela tradição oral. Esse sistema híbrido, que inclui a oralidade e a escrita simultaneamente, possibilitaria que a humanidade aprendesse muito mais que seus ancestrais primitivos, acelerando “[...] o processo de elaboração de um corpo de conhecimentos disponível a todos os seres humanos” (VAN DOREN, 2012, p. 10?).

Decorrentes da prática de arquivamento, os primeiros sinais gráficos nasciam na Mesopotâmia em 3300 a.C. cumprindo a função de identificação das quantidades e das coisas a partir da utilização de números e desenhos, respectivamente. A escrita cuneiforme se desenvolveria nos cinco séculos seguintes e, conseqüentemente, impactaria a estrutura da sociedade, organizando-a. “A escrita cuneiforme, originalmente pictográfica, é o mais antigo sistema do qual se conservam gravações, usadas para representar várias línguas do antigo Oriente Próximo” (SAMPAIO, 2009, p. 39).

As atividades informacionais eram prósperas na antiga Mesopotâmia. Muitas civilizações atrelavam um significado importante ao processo de alfabetização, uma vez que era visto como um teste de superioridade. Aos poucos, a alfabetização se valorizava, passando a ser considerada como uma oportunidade direcionada a uma minoria que teria participação no controle dos sistemas de informação da sociedade, sobretudo aqueles referentes ao Estado (POZZER, 2002).

Os governantes tinham um papel preponderante, pois controlavam o excedente produzido no campo, uma vez que eram eles que recebiam o rendimento obtido na produção das terras comuns. Administravam assim a riqueza e acumulavam provisões alimentares para toda a população. Além disto, cabia à elite dominante a função de organizar a fabricação e a importação de utensílios de pedra ou de metal para a guerra e **registrar as informações e os números que dirigiam a vida da comunidade** (SPOSITO, 2014, p. 19, grifo meu).

Direcionada para as atividades de administração contábil, uma outra invenção impulsionaria o conhecimento na Babilônia por volta de 3350 a.C. e contribuiria para o desenvolvimento da cidade: o sistema de numeração ponderada (MOREY; GOMES, 2018). Ao longo da história da humanidade, nem todas as civilizações usufruíram daquele sistema como atalho para os cálculos. “Os sumérios e os babilônios eram calculadores formidáveis, quando a maior parte do resto da humanidade ainda contava pelos dedos, se é que o faziam” (VAN DOREN, 2012, p. 65?).

A estrutura das cidades antigas era um reflexo da organização política, social e econômica; os centros eram reservados aos reis e aos sacerdotes – a elite – que exerciam domínio sobre as outras classes sociais que se localizavam em áreas mais distantes. As cidades eram cercadas pelo muro, uma estrutura que dificultava os ataques externos, reforçando a segurança dos habitantes. O centro simbolizava uma área privilegiada, na qual as trocas de informações eram frequentes, algo que seria perigoso em mãos erradas (SPOSITO, 2014).

Em alguma medida, as civilizações sempre se desviavam de mudanças que as levavam para um contexto de progresso. As novas informações eram temidas e, muitas vezes, não bem recebidas. A título de exemplo, o Egito contava com uma regra que determinava que aquilo que já funcionasse bem não deveria ser modificado, mesmo se a provável mudança apontasse uma melhora na condição de vida. Tal comportamento caracterizava a atitude dos egípcios como conservadora e, “[...] em 3000 anos, conseguiram evoluir muito pouco” (VAN DOREN, 2012).

Malgrado as invenções discutidas, as civilizações que já haviam manifestado sua língua escrita não a utilizavam como um meio de abstração dos pensamentos, pelo contrário, restringiram-na ao processo de criação de registros oficiais. Com o tempo, o ritmo de crescimento do conhecimento se multiplicava, variando de época para época e de região para região. Invariavelmente, a produção intelectual já

poderia ser considerada uma atividade inata da condição humana (BACHELOT, 2020).

Houve duas explosões de conhecimento na história humana, e não apenas uma. A segunda teve início na Europa há quatro ou cinco séculos atrás e ainda prossegue. **A primeira começou na Grécia, durante o século VI a.C.** (VAN DOREN, 2012, p. 67?, grifo meu).

Inventado no século VIII a.C., o alfabeto grego é considerado o primeiro da história que incluía os símbolos das vogais que estavam ausentes nos primeiros alfabetos que surgiram na Mesopotâmia, provavelmente em meados do segundo milênio antes da Era Cristã. Assim, a transcrição dos registros para as línguas indo-europeias seria facilmente realizada posteriormente e, não obstante os documentos oficiais, não tardaria muito para que novas possibilidades fossem criadas pela escrita (VAN DOREN, 2012).

É no período arcaico – VIII-VI a.C. – em que as cidades gregas se consolidavam com a lei escrita e a palavra publicizada. As cidades refletiam o quadro da civilização que não mais representava as atitudes aristocráticas; agora era compreendida como um espaço comunitário que se construiria sob os ideais da democracia e da cidadania, almejando a isonomia. Aos poucos, as cidades que se superpovoavam iam estabelecendo colônias, as quais catalisavam o desenvolvimento do comércio (EYLER, 2014).

[...] a escrita, tornou-se muito importante, tanto porque permitia o registro dos avanços técnicos, dos fatos históricos, mas sobretudo por ter sido um instrumento de manutenção do poder político, pois era limitada à elite ociosa, e fundamental para o registro de leis e para o uso religioso, bases de apoio para a dominação social que se exercia das cidades (SPOSITO, 2014, p. 25).

A produção de materiais escritos em grego e a distribuição de registros comerciais e de tratados sobre assuntos técnicos eram estimulados com a importação de papiro. Era na região da Jônia onde a mais próspera cidade-estado seria o centro daquelas atividades: Mileto, que recebia tal *status quo* devido sua potência comercial e sua contribuição com ideias e invenções. Era também em Mileto que apareceria o primeiro filósofo e cientista: Tales (VAN DOREN, 2012).

Em seus dias de glória, a Grécia não era um estado único, mas uma série de pequenos estados – cidades-estado, como hoje são chamadas. Na

prática, eram cidades rodeadas por um terreno; qualquer um podia entrar nelas a qualquer hora. [...] Foi nessas pequenas cidades-estado que surgiram as primeiras democracias. Não eram democracias representativas; não havia eleições para escolher os membros de um parlamento. Todos os cidadãos do sexo masculino se reuniam num lugar para discutir questões de interesse público e votar leis e políticas (HIRST, 2018, p. 10?).

Como uma das disciplinas mais importantes da Grécia Antiga, a Filosofia obteve uma série de referências teóricas que repercutem os dias atuais, por exemplo: Sócrates, Platão e Aristóteles. Embora os três filósofos tenham deixado um legado incontestável, alguns posicionamentos individuais são identificados e criticados na contemporaneidade; Aristóteles não contemplava as mulheres, os escravos e os estrangeiros quando empregava o termo *homem*, subjugando-os como incapazes intelectualmente (VAN DOREN, 2012).

O conhecimento não era para todos. Em alguma medida, o posicionamento aristotélico ecoa na história da humanidade, o que, por sua vez, reforçava e reforça cenários perversos duradouros; as metáforas de Aristóteles insinuavam que as mulheres eram seres incompletos e defeituosos. E, com essa desvalorização simbólica, se naturalizava a subordinação delas na sociedade, as tornando invisíveis e estabelecendo, conseqüentemente, a ideologia do patriarcado (LERNER, 2019).

As doutrinas de inferioridade natural e de inferioridade feminina, respectivamente, justificaram, ou ajudaram a justificar, o escravagismo e a desigualdade entre os sexos até nossos dias. Sua grande autoridade também o ajudou a defender a tirania, em nome do despotismo 'benevolente' e a doutrina de inferioridade étnica ajudou a defender o racismo (VAN DOREN, 2012, p. 97?).

O ato filosófico dos gregos impulsionava o conhecimento que já havia sido acumulado, os quais “[...] iam da caça à agricultura, da organização do lar ao governo de uma cidade, da arte contemplativa à arte da guerra” (VAN DOREN, 2012, p. 109?). Entusiasmados, os gregos se movimentavam, ainda mais, em direção aos destinos exóticos e, aos poucos, o conhecimento se naturalizava como algo público, uma vez que, anteriormente, os reis e os sacerdotes o monopolizavam.

Em resumo, de repente surgiu algo novo no mundo, uma coisa que os gregos chamaram episteme, e que chamamos ciência. Conhecimento organizado. Conhecimento público, baseado em princípios que poderiam ser revistos e testados, e questionados, periodicamente, por todos (VAN DOREN, 2012, p. 111?).

Com os conhecimentos construídos pela civilização grega, a chegada dos romanos ao Mediterrâneo Oriental promovia um entrelaçamento das culturas, originando a civilização greco-romana. Assim, ocorria um movimento que consumava a apropriação e o aperfeiçoamento dos sistemas econômicos e administrativos desenvolvidos pelos gregos (SPOSITO, 2014). Os três séculos seguintes – de cerca de 150 a.C. a 150 d.C. – eram considerados o ponto mais alto do homem ocidental e o apogeu da civilização clássica, condição que seria superada somente após a descoberta do Novo Mundo (HIRST, 2018).

Decorrentes da unificação política do governo romano, as antigas cidades-estados demonstravam uma nova organização espacial que promovia a centralização política. Enquanto o Império Romano se estabelecia, os romanos se mostravam fascinados pela cultura grega, inspirando-os na constituição daquela nova civilização. “Assim, quando dizemos que o Império Romano era greco-romano, foi porque os romanos assim quiseram” (HIRST, 2018, p. 11?).

Em contraste com as cidades-estados da Grécia Antiga que não compartilhavam de leis comuns, a lei romana era comum e codificada nas Doze Tábuas por volta de 450 a.C., transformando-se em uma referência dos sistemas legais do mundo ocidental. Com efeito, a obstinação romana pelo Direito era muito grandiosa, uma vez que a constante preocupação pelas leis e pelos costumes, considerados como essência do estado, contribuiria para que os romanos levassem sua lei aonde quer que fossem, mantendo o Império Romano sob uma única lei (VAN DOREN, 2012).

Os romanos eram, em geral, muito tolerantes. Governaram um império composto por várias raças e religiões; se você ficasse em paz no seu canto, os romanos estavam dispostos a deixá-lo seguir seu próprio caminho. Você podia se autogovernar. Podia praticar sua religião, com a seguinte ressalva: teria de fazer sacrifícios para o imperador. Os romanos acreditavam que o imperador era como um deus (HIRST, 2018, p. 19?).

O Império Romano apontava um processo de urbanização que não mais era considerado espontâneo, uma vez que o poder político centralizado possibilitava sua hegemonia sobre as terras recém conquistadas, o que, conseqüentemente, propiciaria uma rede caracterizada pela divisão interurbana do trabalho, pela tributação imperial e pelo comércio urbano. “O Império Romano é sem dúvida o melhor exemplo de expansão da urbanização na Antiguidade [...]” (SPOSITO, 2014).

Um ponto alto da urbanização das cidades do Império Romano era o conhecimento acumulado sobre estradas. Ao contrário dos gregos, que se desafiavam como viajantes marítimos e mercadores empreendedores, os romanos compreendiam a engenharia e aplicavam-na com genialidade: as estradas para a comunicação interna do Império Romano e os aquedutos para fornecimento de água para as cidades distantes das nascentes. “A durabilidade das estradas romanas é lendária. Ainda existem centenas de quilômetros de estradas romanas, após vinte século de uso contínuo” (VAN DOREN, 2012, p. 128?).

Um elemento importante na história do conhecimento ocidental estava se concretizando no Império Romano: a igreja cristã, instituição privilegiada no próximo período da história. Em 313 d.C. o imperador romano Constantino, que havia se tornado cristão, endossava as atividades das igrejas cristãs, oferecendo-as dinheiro e isentando-as de tributos. Uma mudança radical no tratamento para/com o cristianismo era testemunhada, uma vez que seus seguidores haviam sido perseguidos durante séculos. De repente, o Império Romano se tornava cristão e a igreja se tornava romana. “Cinquenta anos depois, outro imperador cristão banuiu todas as outras religiões” (HIRST, 2018, p. 20?).

No século V, a civilização greco-romana era invadida pelos povos germânicos, os quais apreciavam o conceito de guerra. O latim, portanto, se desmembraria nas línguas – ibero, galo e ítalo – românicas após a ruína do Império Romano. “Em 476 d.C. tinham destruído o Império Romano do Ocidente. Foi na França, na Espanha e na Itália que a mistura da civilização europeia começou a tomar forma” (HIRST, 2018, p. 18?).

Além disso, as transformações sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo em território europeu marcaram o declínio do processo de urbanização que era mantido no Império Romano graças ao poder político centralizado. No século V, estabelecia-se o período conhecido como Idade Média – uma experiência que se apoiava na suposição de que Deus governava o mundo para o benefício real e permanente da humanidade – selando o fim da hegemonia política romana e apontando uma nova organização socioespacial (SPOSITO, 2014).

A vida das cidades diminui e, em muitos casos, se interrompe nos territórios do noroeste do Império Romano – Itália, Gália, Germânia e Bretanha – depois do século V, ocupados pelos reinos bárbaros e que, após o século VII, resistem às conquistas dos árabes, mas se acham isolados, à margem do antigo mundo civilizado (BENEVOLO, 2019, p. 289).

Como os germânicos eram povos iletrados, a igreja se tornava uma mediadora poderosa naquele contexto, mantendo sua influência na sociedade e no governo. A igreja não era apenas uma sobrevivente remanescente do Império Romano como era também a instituição que detinha os ensinamentos da Grécia e de Roma, preservando-os. Os mosteiros europeus se tornaram elementos importantes na organização do conhecimento e, assim, os monges “dedicaram-se à tarefa de organizar, sistematizar, classificar e copiar os materiais clássicos que chegavam do glorioso passado grego e romano. A eles devemos quase todos os textos sobreviventes” (VAN DOREN, 2012, p. 188?).

Não tardava muito para que as características eclesiásticas rapidamente se alterassem com o conhecimento privado e com a importação de valores dos povos germânicos, os quais despertaram movimentos militares que pretendiam a dominação cristã da Terra Santa e de Jerusalém e, para tanto, combateram aqueles que não eram cristãos; os habitantes judeus e muçulmanos, incluindo as mulheres e as crianças. Esses movimentos são conhecidos como as Cruzadas e, desde então, as ordens monásticas eram corruptas e a cristandade pertencia a uma concepção de outrora (HIRST, 2018). Nos séculos XII e XIII, as Cruzadas intensificariam o comércio e as trocas culturais (CARVALHO, 2016).

A consequência mais marcante da queda do Império Romano, porém, foi, sem dúvida, a desarticulação da rede urbana. Na medida em que não havia mais um poder político central, as relações interurbanas enfraqueceram-se e em certas áreas desapareceram, pois caíram por terra as leis que davam proteção ao comércio em todo o Império (sobretudo da produção artesanal, inclusive mercadorias de luxo – a produção alimentar não podia ser transportada a distâncias maiores), e foram suspensos os recursos para manutenção de estradas e portos, anteriormente construídos e conservados para dar sustentação ao poder imperial (SPOSITO, 2014, p. 26).

Com a comunicação e a articulação das cidades europeias ocidentais defasadas, o papel econômico, anteriormente observado, era reduzido a tal ponto que a base econômica das cidades passava a ser, quase que predominantemente, agrícola; embora o isolamento das cidades medievais, a perpetuação das Cruzadas anulava, em algum nível, a condição de enclave Europa (MEDEIROS JUNIOR; FALCETTI; LIMA FILHO, 2017). O modo de produção feudal se estabelecia apoiado em dois pilares principais, os latifúndios e a servidão, esvaziando significativamente as funções das cidades europeias que seguiam dois tipos de aglomerados: as

episcopais e os burgos. “[...] a terra passa a ser a única fonte de subsistência e de condição de riqueza” (SPOSITO, 2014, p. 27).

Nessa sociedade rural, que forma a base da organização política feudal, as cidades têm um lugar marginal: não funcionam mais como centros administrativos e apenas minimamente como centros de produção e de troca. Mas as estruturas físicas das cidades romanas ainda estão de pé e se tornam locais de refúgio; os grandes edifícios públicos da Antiguidade – termas, teatros, anfiteatros – se transformam em fortalezas; as muralhas são mantidas com eficiência ou são fortificadas mais importantes. As igrejas cristãs surgem muitas vezes no exterior – perto das tumbas dos santos que, pelas leis romanas, não podiam ser sepultados na cidade – e também as sedes dos bispos, nos primeiros tempos, ficam fora do recinto da cidade (BENEVOLO, 2019, p. 292).

O feudalismo teocrático na Europa era compreendido como um tempo de estresse devido aos cercos militares e os períodos de fome constantes. A partir de 1347, tal estresse seria intensificado nas cidades medievais com a transmissão de uma doença letal: a peste bubônica (MEDEIROS JUNIOR; FALCETTI; LIMA FILHO, 2017). Associada ao adensamento populacional e às condições precárias de higiene, a doença era transmitida por ratos infectados pela bactéria *Yersinia pestis* e chegaria ao nível de epidemia rapidamente, assolando a sociedade europeia e obtendo um número de mortes entre 25 e 40 milhões de pessoas (VAN DOREN, 2012).

As consequências que a epidemia da peste bubônica havia produzido na Europa medieval eram caóticas, porém nem todas tiveram um apelo negativo. No que se refere ao conhecimento, a doença desempenhava um papel importante como propagadora de cultura, uma vez que estimulava “[...] dois elementos cruciais à difusão do saber: a tecnologia do papel e da impressão, por um lado, e a palavra indispensável, os manuscritos que eram transformados em livros, por outro” (VAN DOREN, 2012, p. 255?). Após o controle dos surtos da doença, a geração de sobreviventes havia desenvolvido um comportamento de alto consumo e de relaxamento da moral; características contrárias ao que a Igreja Católica representava e, aos poucos, a conjunção de muitos episódios iam rompendo a estrutura da Idade Média.

Uma nova classe se consolidaria na teocracia feudal: os mercadores e os comerciantes urbanos. Tal classe, que seria conhecida posteriormente como burguesia, contribuía financeiramente para as invenções de empreendedores que impactariam o cotidiano daquela sociedade; o ferro era de uso comum, os moinhos

de vento e de água estavam em muitos lugares convertendo as forças naturais em energia e um novo tipo de arreo otimizava os arados e o movimento das carroças. A classe urbana se tornava uma empregadora da mão-de-obra excedente e os agricultores aumentavam sua produção, se tornando agentes que desestruturariam o modo de produção feudal. Assim, a “[...] economia agrícola anteriormente primitiva se transformava numa sociedade mercantil e urbana” (VAN DOREN, 2012, p. 212?).

Os aglomerados urbanos que não se distinguiam dos campos – as cidades medievais – serviriam como estrutura central para a ocupação extramuros que ocorria em razão das atividades dos mercadores e do comércio itinerante; embora o modo de produção feudal fosse predominante, os feudos precisavam de produtos. Isto posto, a absorção da atividade mercantil nas aglomerações alcançaria sua capacidade máxima rapidamente, uma vez que o fluxo comercial aumentava constantemente, gerando as ocupações nos arrabaldes das fortalezas. “Assim, podemos dizer que o renascimento urbano, que marca o último período da Idade Média, teve base territorial no próprio aglomerado medieval, que não possuía caráter urbano” (SPOSITO, 2014, p. 31).

Essa urbanização do período feudal era marcada pela proliferação do número de cidades europeias que, em muitos casos, se tornavam autônomas devido ao fortalecimento socioeconômico que a burguesia comercial havia adquirido. Por conseguinte, a cidade passava a ser compreendida como um espaço de liberdade, propiciando o fim progressivo da servidão em decorrência da comercialização do excedente alimentar e do surgimento dos arrendatários capitalistas. “As cidades medievais têm todas as formas possíveis e se adaptam livremente a todas as circunstâncias históricas e geográficas [...]” (BENEVOLO, 2019, p. 314). Doravante, a atividade comercial não se realizava mais somente com a finalidade de atendimento das necessidades humanas, o comércio estaria interessado no lucro e no acúmulo do capital (SPOSITO, 2014).

Nesse sentido, as relações comerciais seriam modificadas; o escambo, que era um meio de troca de mercadorias comum na Idade Média, começava a ser visto como ultrapassado pela nova classe de comerciantes urbanos, uma vez que esses haviam implantado a noção de revenda de mercadoria acrescido com um valor extra ao valor inicial de aquisição, gerando, assim, o lucro. Em outras palavras, o novo comércio instaurava a acumulação primitiva do capital. Aos poucos, o comércio estimulava a (re)construção de cidades romanas e de outras novas, reabrindo portos

marítimos que estavam bloqueados e recuperando a condição urbana das cidades que, anteriormente, havia se tornado imperceptível (SPOSITO, 2014).

O processo era muito complexo, e os comerciantes não eram seus únicos agentes. [...] a própria comercialização do excedente feudal, – nela embutida a possibilidade da ruptura da instituição servil –, tornava os próprios servos agentes do processo. Isto ocorria na medida em que migram para as cidades – espaço fora do domínio feudal, espaço aonde, aos poucos, iam se estabelecendo princípios e direitos que davam sustentação à ação capitalista e, portanto, ao exercício da cidadania (os direitos dos que moravam na cidade, fora da esfera do domínio econômico, político e social do modo de produção feudal (SPOSITO, 2014, p. 35).

Nos últimos séculos da Idade Média, um movimento de renovação da sociedade europeia se constituía gradativamente, apontando para uma despedida daquele mundo medieval. “No ano de 1450, o desejo de ler e estudar textos gregos e romanos expandira-se bastante, mas ainda não havia uma forma prática de satisfazê-lo” (VAN DOREN, 2012, p. 258?). Estabelecia-se a Renascença²¹, um movimento que marcaria um longo processo de secularização da Europa, libertando-a do domínio religioso. “Uma vez rompido esse controle, o pensamento europeu tornou-se muito mais arrojado, aberto e assertivo que antes” (HIRST, 2018, p. 30?).

A Igreja, que havia monopolizado o conhecimento, não era mais a única detentora que podia acessá-lo; os eruditos estavam mais interessados no mundo greco-romano que havia sido esquecido. Esse impulso levava aquela era ser considerada como clássica pela sociedade, colocando-a como o ápice da humanidade. O pensamento europeu referenciava respeitosamente o conhecimento greco-romano, usando-o como inspiração para a arte, a ciência e a cultura, principalmente. “[...] a Renascença rompeu a mistura de elementos europeus com a mensagem: os clássicos são o suprassumo” (HIRST, 2018, p. 30?).

Não obstante o conhecimento greco-romano, a Bíblia, que estava escrita em latim, se tornava um elemento crucial para o dismantelamento do prestígio da Igreja Católica na Idade Média, paradoxalmente. Enquanto objeto exclusivo da Igreja, ninguém poderia interpretar as escrituras bíblicas com exceção das autoridades eclesiásticas, do contrário, seria considerado herege e queimado na fogueira. No entanto, Martinho Lutero era uma exceção estatística dentre os hereges que

²¹ Na Renascença, não havia necessidade de fundação de novas cidades ou de ampliação em larga escala delas, não conseguindo, portanto, realizar grandes transformações nos centros urbanos (BENEVOLO, 2019).

escapariam de tal fim, possibilitando-o realizar a tradução da Bíblia para o alemão e, conseqüentemente, ampliando seu público (VAN DOREN, 2012).

Em 1430, o inventor Johannes Guttemberg havia desenvolvido um sistema de impressão que, somado ao excedente de algodão acumulado após o controle da peste bubônica, possibilitava uma reprodução mais rápida dos escritos, oferecendo boa qualidade, alta durabilidade e preço acessível; em algumas décadas, os trabalhos gregos e romanos seriam revisitados facilmente pelos eruditos. Não obstante os clássicos, a ideia do livro impresso despertava o interesse das pessoas que, agora, podiam expressar seus pensamentos escrevendo livros próprios, uma vez que as editoras ansiavam novos títulos. Compreendido como um instrumento subversivo, o livro impresso poderia “[...] alterar e derrubar qualquer tipo de instituição antiga” (VAN DOREN, 2012, p. 261?).

Nesse sentido, apoiado pela invenção da imprensa, mesmo que incipiente, as críticas e as denúncias de Lutero à Igreja haviam sido publicadas e distribuídas pela Europa. Em pouco tempo, Lutero já havia conquistado muitos seguidores que acordavam com suas opiniões e, assim, as igrejas protestantes, rivais da romana, eram criadas e assumiam diferentes formas conforme os países em que se instalavam. Os dois grupos religiosos que rivalizavam, católicos e protestantes, empreenderam guerras durante mais de cem anos, ocasionando grandes massacres. “Mas, depois de lutarem durante um século sem que nenhum lado vencesse, os dois chegaram a uma espécie de longa trégua e, aos poucos, surgiu a noção de tolerância” (HIRST, 2018, p. 37?).

Embora as instabilidades vivenciadas durante a Idade Média tenham afetado drasticamente o índice demográfico da Europa, a população humana mundial alcançaria o número de 400 milhões no ano de 1500; 100 milhões a mais desde o início da era cristã. A partir do século XVI, a população mundial apresentaria um crescimento constante devido aos avanços das técnicas agrícolas e às descobertas territoriais; “A descoberta da América por Cristóvão Colombo foi provavelmente a maior contribuição para o conhecimento humano alguma vez feita por um só homem” (VAN DOREN, 2012, p. 296?).

Com efeito, as reformas religiosas e as grandes navegações haviam sido fundamentais para a invenção/consolidação da imprensa na sociedade europeia, atualizando a noção de acessibilidade das informações e apontando para um novo salto do conhecimento com a Revolução Científica no século XVII; um movimento

intelectual que resultaria na crença do progresso. Esse novo cenário produzia um posicionamento surpreendente para a civilização europeia: o rompimento da reverência aos conhecimentos clássicos, os quais estavam sendo igualados ou superados pelos cientistas daquele período, marcando, portanto, o princípio da ciência moderna (HIRST, 2018).

A ciência foi a principal descoberta, ou invenção, do século XVII. Os homens da época aprenderam (o que foi uma descoberta revolucionária) a medir, explicar e manipular fenômenos naturais de uma forma a que hoje chamamos científica. Desde o século XVII, a ciência progrediu bastante, descobriu muitas verdades e trouxe-nos muitos benefícios, desconhecidos do século XVII. [...] Por este motivo, o século XVII é provavelmente o mais importante da história humana. Ele levou a uma mudança irrevogável na forma como os seres humanos vivem na Terra. Nunca poderemos voltar a viver da forma que vivíamos na Renascença, por exemplo (VAN DOREN, 2012, p. 316-317?).

As contribuições científicas correntes refutavam uma série de ensinamentos da civilização grega que, até aqui, eram inquestionáveis. A influência dos cientistas na Revolução Científica renovava o pensamento científico e desenvolvia muitas vertentes das ciências naturais; as contribuições de Isaac Newton são validadas até os dias atuais, por exemplo: a lei de gravitação universal. O impacto de Newton desencadearia uma perplexidade generalizada naquela sociedade com a publicação de sua obra, *Princípios matemáticos da filosofia natural*, na qual explicava o funcionamento do universo. A Revolução Científica reduzia a autoridade das igrejas, católicas e protestantes, na sociedade, uma vez que se opunham aos novos conceitos dos cientistas e a nova visão do mundo que se construía (HIRST, 2018).

Os próprios seres humanos começaram também a ser vistos como máquinas que poderiam trabalhar melhor segundo princípios mecânicos. [...] Até mesmo o universo era visto como uma máquina, com Deus aos comandos, isso se na verdade, Deus fosse necessário para gerir uma máquina tão maravilhosa, que poderia ter sido criada de forma tão perfeita a ponto de trabalhar sozinha (VAN DOREN, 2012, p. 354?).

Com efeito, as descobertas alcançadas com a aplicação do método matemático e dos princípios mecânicos levantavam a bandeira da racionalidade que motivaria a “[...] convergência de eruditos, escritores, artistas e historiadores que acreditavam que, à medida que a razão e a educação se disseminassem, a superstição e a ignorância perderiam força [...]” (HIRST, 2018, p. 43?). Os resultados das pesquisas desenvolvidas na Revolução Científica afetariam a consciência

européia e, aos poucos, nascia um outro movimento intelectual na França: o Iluminismo. Instaurava-se, no século XVIII, a Era da razão; um período repleto “[...] de paixão e sonhos emergentes. Foi um tempo de loucura e morte. Foi uma era de mudanças radicais. Foi uma Era de Revolução” (VAN DOREN, 2012, p. 358).

A ciência adquire uma nova importância nesta época. Em todos os lugares nasciam sociedades científicas, a criação e difusão de novas ideias não é mais a tarefa de um punhado de sábios isolados. O saber se especializa e várias tentativas são mobilizadas para a divulgação e a sistematização de novas teorias (GOMES, 2000, p. 77).

Embora o Iluminismo aspirasse a educação para as pessoas, a monarquia francesa não era democrata e sabia como se aproveitar do novo formato de sociedade governada pela razão, assegurando sua longevidade, uma vez que era considerada uma força irracional pelos pensadores. Nesse sentido, os ideais iluministas eram aderidos pelas monarquias, o que, por sua vez, reforçava sua soberania frente ao movimento. “Alguns monarcas na Europa do século XVIII foram, como se diz, déspotas esclarecidos. Aboliram as punições bárbaras e a tortura, codificaram suas leis e começaram a fazer alguma coisa no sentido de educar o povo” (HIRST, 2018, p. 43?).

Do ponto de vista do conhecimento, o Iluminismo francês construiria uma enciclopédia moderna com a indexação alfabética de temas variados, o que seria interpretado como um afronte à igreja, instituição essa que se promovia como detentora das verdades. A racionalidade se estabelecia como um elemento-chave do movimento e a crença no progresso era, cada vez mais, compartilhada, marcando o princípio da ciência moderna. “A ciência tornou-se a mais singular das atividades humanas e a ferramenta indispensável para a sobrevivência dos bilhões de indivíduos que hoje habitam o planeta” (VAN DOREN, 2012, p. 22?).

3.1 A ciência e sua constituição na modernidade

Após o impacto da Revolução Científica e as propostas do Iluminismo, a ciência moderna se consolidava sobre modelos experimentais, atrelando a racionalidade como elemento central do seu *corpus*. Essa composição ultrapassava o campo científico e provocaria uma transformação técnica e social na história da humanidade como nunca antes observado, (re)estruturando-a completamente. No

final do século XVIII, a razão se institucionalizava e se transformava em uma ciência organizada e sistemática, comportando uma argumentação pautada em ideias positivistas e normativistas (SANTOS, 2008).

A argumentação, portanto, era colocada à prova para ser aceita ou refutada no domínio científico. E, para tanto, a confrontação de diferentes perspectivas entre si não era somente oportuna como também construtiva, uma vez que argumentos convergentes e/ou divergentes fomentavam o progresso da ciência moderna que, logo, estabeleceria a crítica como seu elemento fundante, isto é, o veículo e o motor de renovação da ciência moderna. “É a partir dela que o movimento de progressão se perpetua e se renova” (GOMES, 2000, p. 31).

Instaurava-se um modelo de racionalidade hegemônico que se opunha as outras formas de conhecimento que não contemplavam os princípios epistemológicos (SOUSA, 2003). A racionalidade era compreendida como um meio de condução e de generalização da norma, do direito e da verdade naquele contexto da Europa. “Ou seja, a sociedade se produz à base e à referência da racionalidade num processo ininterrupto da consolidação de uma sociedade eminentemente racional” (RAGGI, 2015, p. 32). A ciência moderna se colocava como via única de acesso ao conhecimento do mundo, compartilhando ideais que expressavam os elementos: ordem, equilíbrio, civilização e progresso.

Historicamente localizada, essa racionalidade se insere no período conhecido como Modernidade (GOMES, 2000). A mudança que estava em curso produzia, sutil e gradativamente, uma nova sociedade que apresentava diferentes formas e dinâmicas espaço-temporais complexas; em contraposição ao sujeito predestinado que se observava na Idade Média, o sujeito moderno, agora emancipado, se adaptaria a uma vida sem aprisionamentos (CARVALHO, 2016). Berman (2007) descreve a experiência da vida moderna e do comportamento da sociedade na primeira fase da história da Modernidade:

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem ideia do que os atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semi-cegueira, no enalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados (BERMAN, 2007, p. 23).

O campo científico era uma das variáveis mais importantes que se identificaria com o novo código de valores do período que se instaurava, sendo a própria Revolução Científica considerada o marco inicial da Modernidade (HISSA, 2002). Para tanto, novas forças e influências seriam impostas àquela sociedade europeia que se distanciava, cada vez mais, do formato engendrado durante a Idade Média e, daquele momento em diante, estabeleceria objetivos pautáveis na prosperidade, sobretudo a econômica. A ciência e a tecnologia se tornavam os instrumentos responsáveis para a consumação de expectativa das sociedades, dependendo, diretamente, do crescimento econômico (LIPINSKI, 2020).

A ciência, como elemento fundador da modernidade, está assim comprometida em sua base por esta discussão sobre a legitimidade e os limites da razão, e se encontra no centro dos debates críticos sobre a modernidade (GOMES, 2000, p. 27).

Gomes (2000) reitera que, embora concebida no domínio da racionalidade, o *corpus* da Modernidade enreda inúmeras contradições em sua formação, produzindo um verdadeiro campo de tensão com conflitos que permeiam questões como a legitimidade da atividade intelectual e sua estrutura de organização. Isto posto, a manifestação do moderno se assenta na polarização de discussões que o (des)estabiliza, dispondo “[...] de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas ‘contracorrentes’, contestante o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada [...]” (GOMES, 2000, p. 26).

Os movimentos que se constituíam na Modernidade apresentavam o fato moderno nos discursos, os quais se caracterizavam pela recorrência dos seguintes elementos: “[...] o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade” (GOMES, 2000, p. 48). Em linhas gerais, o fenômeno moderno se expressaria com o novo – essência do ideal de progresso – negando aquilo que existia antes e que, agora, passa a ser considerado tradicional. A modernidade, portanto, “[...] implica uma atitude em relação ao mundo, a escolha deliberada presente contra o passado, e não aquilo que no presente perfaz ou prolonga o passado [...]” (VERNIER, 2007, p. 63).

Essa dualidade se fortalece e se enfraquece simultaneamente, uma vez que o novo e a tradição são complementares, isto é, um não se explica sem o outro. “Assim, falar do moderno é também renovar continuamente um conflito, um debate”

(GOMES, 2000, p. 49). Afinal, o passado é uma condição *sine qua non* para a produção de um mundo novo, isto é, o moderno para ser moderno deve direcionar suas críticas ao antigo, nunca se fazendo do nada (RAGGI, 2015).

De fato, ao longo dos dois últimos séculos, o movimento da modernidade agitou completamente as bases da organização da sociedade. Ele se desenvolveu sob diferentes formas, em diferentes domínios e com cronologias variáveis. No entanto, apesar desta variedade, este movimento apresenta laços de identidade e características comuns facilmente observáveis (GOMES, 2000, p. 52).

O território da modernidade se estabelecerá simultaneamente pela Europa Ocidental; as ideias modernas eram desenvolvidas nos grandes centros urbanos, por exemplo: Paris, Londres e Amsterdã. Uma internacionalização dos valores se realizava no continente que, cada vez mais, se homogeneizava, mesmo com sociedades tão diferentes, produzindo uma unidade. A mobilidade das ideias era veloz e motivava uma rede de comunicação entre os países, demandando “[...] a melhoria nas condições de transporte, do grande interesse pelas viagens de longa duração em outros países, e pelo aumento significativo do nível médio de instrução nesta parte da Europa [...]” (GOMES, 2000, p. 53). Berman (2007) retrata a concepção de uma nova consciência europeia na segunda fase da Modernidade:

Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro (BERMAN, 2007, p. 25-26).

Em um cenário caótico, a França vivenciava muitos problemas sócio-político-econômicos, os quais motivariam a implementação dos ideais iluministas; estes eram bem recebidos em uma sociedade que ansiava pela mudança social. Assim, os princípios iluministas se mostravam férteis em um contexto de descontentamento do Terceiro Estado no Antigo Regime – a maioria da população francesa constituída pelos camponeses, pequenos burgueses e artesãos –, colaborando com o processo emancipatório da sociedade e inspirando o lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade (MELLO; DONATO, 2011).

Em 1789, a população francesa derrubava o estado monárquico absolutista chefiado pelo rei Luís XVI, marcando a aurora da revolução. “A imagem do Estado deixa gradualmente de ser representada por um personagem físico para tornar-se aquela de um território” (GOMES, 2000, p. 58). Esse movimento sócio-político expressava o poder do povo, o que, por sua vez, estimulava muitos avanços sociais que abalariam as estruturas do mundo ocidental, por exemplo: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão promulgada pela Assembleia Constituinte que assegurava “[...] direitos iguais aos cidadãos e maior participação política para o povo” (MELLO; DONATO, 2011, p. 259).

Um novo espaço político era possibilitado com o fim dos privilégios da aristocracia e do clero; a instauração da República da França era o resultado pós-Revolução Francesa, uma conjuntura inédita que manifestava o caráter de ruptura dos tempos passado e presente da Modernidade. Isto posto, a coexistência entre os tempos explicitava o que havia sido conquistado e o que não deveria ser repetido, objetivando “[...] se fazerem reconhecidos e exprimir o inédito de sua própria ação” (MELLO; DONATO, 2011, p. 261).

A Revolução de 1789 foi um movimento de ruptura fundamental e de crítica generalizada que instaurou pela primeira vez as bases de uma sociedade ou de uma sociedade moderna. O ‘novo’ se impõe pela refutação de tudo o que simbolizava o Antigo Regime, fundado sobre os valores dos costumes e das tradições. A força da razão, do progresso se impôs àquela de antigos hábitos e da História. Uma era nova era prometida pela afirmação do nascimento de um novo homem (GOMES, 2000, p. 58).

O progresso já não era mais compreendido como um ideal, mas, sim, uma necessidade do século XVIII; era uma obrigação o aperfeiçoamento das coisas (VAN DOREN, 2012). A tradição era adaptada aos critérios modernos de racionalidade e de estética, a expressão socioespacial da Modernidade era compreendida pela cidade, que monstruosamente se transformava e transformava a sociedade (VERNIER, 2007).

3.2 A emergência da cidade na revolução industrial

Nas últimas décadas da primeira fase da Modernidade, outra revolução reverberava no continente europeu: a Revolução Industrial. Uma nova concepção de atividade econômica que se estabelecia com a indústria na cidade; um ambiente

fabril que marcava a substituição da manufatura pela maquinofatura e do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado (HIRST, 2018). Inicialmente, a implantação das indústrias era marcada nas cidades inglesas que apresentavam as condições necessárias ao surgimento e ao desenvolvimento da atividade industrial, por exemplo: o grau de desenvolvimento técnico e a acumulação do capital (CARLOS, 1995).

A Revolução Industrial longe de se apresentar como um fenômeno técnico significou uma transformação na ciência, nas idéias e nos valores da sociedade. Significou também trocas no volume e na distribuição da riqueza centrada, até então, no monopólio da nobreza que lhe conferia também poder político. Por sua vez, é produto de um processo histórico do desenvolvimento das forças produtoras e do princípio da especialização assentada na divisão do trabalho, já que o homem não produzia mais para auto-subsistência (CARLOS, 1995, p. 28).

Localizadas na cidade, as indústrias estavam próximas do mercado e da mão-de-obra. Aos poucos, a expansão da fabricação em escala alcançava novos espaços, ultrapassando fronteiras e estabelecendo novas relações na sociedade. “Isto significa que a indústria é a atividade capaz de produzir e desenvolver a integração de várias áreas” (CARLOS, 1995, p. 20).

A propagação das indústrias nas cidades era constante, mas o aperfeiçoamento da produção era, ainda mais, acelerado; inúmeros materiais eram produzidos e as novidades de maquinários eram introduzidas no processo produtivo, otimizando o acúmulo de capital e criando novas maneiras de comercialização (LIPINSKI, 2020). As relações de trabalho²² que se estabeleciam nas cidades refletiam uma nova natureza social do espaço geográfico que conduziam sua (re)produção, isto é, “o homem transforma a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo” (CARLOS, 1995, p. 16).

Uma nova configuração do espaço mundial era (re)desenhada; as atividades industriais estavam concentradas pontualmente nas cidades ao passo que as atividades agrícolas ocupavam grandes extensões do planeta. Esta organização assinalava uma desigualdade firmada nas relações de dominação-subordinação características do processo de produção capitalista “[...] baseado na acumulação e centralização do capital, do poder em poucas mãos e na propriedade privada”

²² “Não é qualquer relação de produção, nem qualquer processo de trabalho, mas um *determinado trabalho*, o trabalho assalariado, seu processo de valorização, e conseqüentemente de apropriação” (CARLOS, 1995, p. 17-18).

(CARLOS, 1995, p. 19). Os impactos que as indústrias aportavam eram observados em cadeia: o crescimento da população nas cidades²³, a construção de redes de transporte²⁴ e a consolidação do mercado consumidor (LIPINSKI, 2021).

Com os avanços da ciência e da tecnologia, as forças produtivas das indústrias aumentavam a diversidade e a quantidade de produtos, gerando, conseqüentemente, novas necessidades para a população. O processo produtivo se intensificava positivamente para um aumento constante do capital, o que viabilizava o crescimento da indústria, propriamente dito. Isto posto, as cidades seriam os receptáculos do fenômeno de industrialização e o cotidiano da população estava, cada vez mais, sensível às imposições do capital sob a lógica industrial (LIPINSKI, 2020). “O espaço, além de produto da existência humana, é também, condição e meio do processo de reprodução geral da sociedade” (CARLOS, 1995, p. 19).

O incentivo ao desenvolvimento técnico e científico foi grande neste período, não por acaso. Era preciso implementar-se melhorias técnicas e descobrir novas formas que permitissem mais rapidez para a realização do capital. A máquina a vapor apareceu neste contexto, permitindo o aumento da mais-valia [...] (SPOSITO, 2014, p. 48).

Com a industrialização do espaço urbano sob o modo de produção capitalista, as cidades se distanciavam, cada vez mais, da concepção de cidade aplicada na Antiguidade; estas “[...] eram cidades comerciais e localizadas próximas aos campos de cultivo e dos grandes entroncamentos (marítimos e fluviais) – ou ainda podiam ser cidades religiosas e de governo” (CARLOS, 1995, p. 45). As atividades urbanas estavam relacionadas ao artesanato, à atividade bancária e à atividade militar sob o modo de produção escravista. Em outras palavras, a industrialização determinava um novo papel das cidades e alterava sua organização socioespacial.

A indústria despertava uma nova perspectiva sobre as cidades, compreendendo-as em função da acumulação do capital e articulando-as estrategicamente (LIPINSKI, 2020). A atividade industrial “[...] articula e subordina outras parcelas do espaço pois o mercado de matérias-primas e auxiliares, e o

²³ “Londres, que já no final do século XVIII tem um milhão de habitantes, em 1851 chega a dois milhões e meio, isto é, supera qualquer outra cidade do mundo antigo e moderno” (BENEVOLO, 2019, p. 656).

²⁴ As estradas com pedágio, os canais navegáveis, as estradas de ferro e os navios a vapor eram os meios de transporte que renovam a noção de mobilidade urbana naquele período, oportunizado o transporte de mercadorias – pesadas e pobres – e de pessoas de todas as classes sociais (BENEVOLO, 2019).

mercado de destino dos produtos, necessariamente ultrapassam o nível espacial do lugar” (CARLOS, 1995, p. 38-39).

Com efeito, a Revolução Industrial ressignificava a urbanização, compreendendo-a como um processo indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. Essa urbanização industrial atribuía uma nova denominação às cidades: metrópoles ou cidades globais. Estas são regiões que foram amplamente urbanizadas, compondo-se de “[...] centros básicos do controle e da acumulação do capital a nível nacional e internacional, responsáveis pelos investimentos, pelo desempenho do sistema econômico mundial e veículo de articulação financeira” (CARLOS, 1995, p. 50).

Nesse sentido, a sociedade deixava de ser fundamentalmente rural para se transformar em urbana (CARLOS, 1995). O desdobramento industrial demandava um aumento de mão-de-obra constante e, para tanto, a população rural, que ainda vivia nos resquícios medievais, migrava em direção as cidades. Estas, por sua vez, não estavam estruturalmente preparadas para tal fluxo migratório, causando os inchaços urbanos (LIPINSKI, 2020).

As cidades existem desde a antiguidade. Ao longo do tempo, passaram por diversas transformações. Foram atacadas, muradas e dizimadas por doenças; o fenômeno em foco agora é a constante e exponencial migração. Nenhuma cidade estava programada ou preparada para o fenômeno. As duas cidades que se tornaram expoentes foram Londres e Paris (LIPINSKI, 2020, p. 17).

Um cenário comum se generalizava pelas cidades industriais europeias até meados do século XIX; o núcleo – estabelecido na Idade Média – já não suportava tal adensamento populacional e, conseqüentemente, muitos se direcionavam para a periferia – um trecho da cidade ainda não constituído historicamente – na qual iniciativas independentes se aglutinavam: “[...] bairros de luxo, bairros pobres, indústrias, depósitos, instalações técnicas [...] essas iniciativas se fundem num tecido compacto, que não foi, porém, previsto e calculado por ninguém” (BENEVOLO, 2019, p. 669).

3.2.1 Londres

Os inconvenientes do ambiente de Revolução Industrial eram universais na população londrina; indiscutivelmente, as classes mais pobres sofriam diretamente com as dificuldades vivenciadas na cidade industrial, mas as classes ricas também não escapavam completamente das consequências da industrialização (BENEVOLO, 2019). Essa realidade aportava problemas sociais graves e se transformava em cenários dos romances de Charles Dickens que popularizavam a condição do espaço urbano e as relações sociais estabelecidas pelo trabalho (PATRON, 2019).

Em um cenário decadente, Dickens denunciava a era das máquinas e a decadência do tecido socioespacial londrino que já naturalizava um contexto de exploração do trabalho infantil, de situação de pobreza extrema e de violência urbana. Londres se convertia em uma cidade abominável que refletia imagens de desespero²⁵ (PATRON, 2019). A cidade ganhava vida própria; ela respirava pelas chaminés e gritava pelos ruídos das máquinas. O movimento de cidadãos nas ruas era intenso e marcava o atraso nos compromissos de uma sociedade mecanizada (SOCHA, 2018). Com efeito, era uma passagem do ser humano ao ser mecânico.

Embora considerada um símbolo do mundo industrializado no século XIX, o crescimento desordenado da cidade revelava problemas de infraestrutura da cidade que, até então, não apresentava uma administração central designada ao planejamento urbano (LIPINSKI, 2020).

Esse prodigioso desenvolvimento não é orientado por um plano municipal, como em Amsterdã, nem pelas intervenções monumentais da corte, como em Paris: Londres é um mosaico de pequenas iniciativas – loteamentos promovidos pelos proprietários de terrenos, nobres ou burgueses – alternadas com frequentes espaços verdes, públicos ou particulares (BENEVOLO, 2019, p. 644).

A abordagem urbanística adotada em Londres já era descompassada antes mesmo do final do século XVIII, isto é, antes da Revolução Industrial. O fenômeno de industrialização apenas constatava a falta de um planejamento centralizado da cidade que pudesse conter múltiplos cenários de crescimento (BENEVOLO, 2019). Na década de 1830, um surto de cólera se espalhava pela Europa e as epidemias se

²⁵ Esta descrição da realidade londrina está presente na narrativa de *Tempos Difíceis* (1854).

desenvolviam nas grandes cidades que apresentavam “[...] um centro insalubre, com esgoto a céu aberto, casas amontoadas, ruas sinuosas e estreitas, suja, coleta de lixo precária” (LIPINSKI, 2020, p. 17).

Na Inglaterra, um grupo de autoridades e de políticos radicais promove uma série de investigações sobre as condições de vida das cidades (publicadas em 1842, 1844, 1845 e utilizadas por Engels [...]). Os piores detalhes sobre as casas e bairros operários são apresentados à opinião pública, que reage e exige uma intervenção: mas são necessários anos de discussões acirradas para se votar a primeira lei sanitária, no verão de 1848 (BENEVOLO, 2019, p. 672).

“O rápido crescimento industrial traz à cidade mudanças significativas, tanto no que se refere ao modo de vida da população, quanto ao processo espacial” (CARLOS, 1995, p. 38). Em 1855, o órgão central *Metropolitan Board of Works* (MBW) operava mudanças nas paisagens urbanas londrinas para mitigação das consequências do crescimento acelerado de Londres; o órgão começava o processo de eliminação dos cortiços, abertura de ruas e plano de saneamento para a cidade (LIPINSKI, 2020).

3.2.2 Paris

Em Paris, as intervenções urbanísticas espelhavam uma preocupação funcional das cidades, conjugando a forma e a função. Isto posto, o planejamento urbano celebrava uma beleza urbana racional que se caracterizava pelas “[...] linhas retas, largos horizontes, alinhamentos de perspectivas, ângulos e fachadas, confluências simétricas [...]” (GOMES, 2000, p. 60). As paisagens das cidades medievais francesas mudavam completamente, impactando as experiências da vida cotidiana; as alterações urbanísticas da Paris²⁶ de Napoleão Bonaparte e de George Eugene Haussmann simbolizavam uma cena moderna primordial (BERMAN, 2007).

A inovação urbana do século XIX era protagonizada pelos bulevares construídos no coração da velha Paris, cortando-a de um extremo ao outro e estabelecendo uma configuração espacial que privilegiava o fluxo do tráfico no centro da cidade; colocavam-se abaixo edifícios e, até mesmo, bairros inteiros,

²⁶ “Nenhuma cidade europeia se transforma de maneira tão completa e coerente como Paris e o organismo antigo determina, em ampla medida, a fisionomia da cidade moderna” (BENEVOLO, 2019, p. 721).

suprimindo as habitações miseráveis daquelas paisagens, substituindo-as com mercados centrais, parques e monumentos culturais como a Ópera, os quais espelhariam um espetáculo. “O novo espetáculo procurado era, no entanto, sobretudo dado pelo movimento das ruas, do comércio, da indústria etc.” (GOMES, 2000, p. 62).

As cirurgias urbanas que eram realizadas nas cidades francesas demonstravam a influência dos ideais da Modernidade no urbanismo, compreendendo as cidades como um espaço de totalidade em que pudessem ser reconhecidas suas funções e suas dinâmicas (GOMES, 2000). As poesias de Charles Baudelaire retratavam o dilema do novo e da tradição pela perspectiva cidadina; os moradores das cidades se tornavam forasteiros com o processo de urbanização em curso, que os desenraizavam, provocando um mal-estar universal em razão da constante transformação do ambiente físico das cidades (BERMAN, 2007).

Ora, na época de ‘As Flores do Mal’, o fenômeno moderno, em todos os planos, moderno realmente não apenas por ser novo, mas por ser também portador das sementes determinantes do futuro, é a extensão repentina da civilização urbana: **é na cidade então que se concretizam todos os aspectos mais marcantes da revolução industrial, é nela e nela só que de maneira maciça e espetacular a modernidade surgiu.** Imigração súbita, desordenada e imprevista que faz engordar monstruosamente Paris, transbordar os seus muros formando periferias improvisadas, misturando bruscamente nos mesmos bairros miséria e luxo (a estratificação se faz por andares conforme se constroem as casas), ruas férvidas nas quais se acotovelam multidões de seres anônimos e contrastantes, prefiguração sensível desse temível mundo no qual os homens nada seriam senão números (VERNIER, 2007, p. 64, grifo meu).

De fato, os bulevares eram estratégicos nas reformas urbanas implementadas nas cidades francesas, uma vez que possibilitavam a aglomeração da população nos centros urbanos (BERMAN, 2007). Estes, portanto, eram convertidos em pontos nevrálgicos dos percursos de viagem realizados no século XVIII, classificando a mobilidade como urbana principalmente (GOMES, 2000). A modernização das cidades europeias atendia aos interesses de uma acumulação do capital que viabilizava e suportava essas transformações, convertendo os centros urbanos em pontos de concentração da população; compreendem-se, aqui, a força de trabalho e os consumidores (SPOSITO, 2014). “A cidade é certamente o pivô em torno do qual bascula o mundo do século XIX [...]” (VERNIER, 2007, p. 65).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica como exploratória-descritiva porque retrata o desenvolvimento da subárea de Geografia Urbana a partir de descrições quantitativas e qualitativas, estabelecendo relações entre as variáveis autoria, ano e cidade. A imersão do tema e o perfil sistemático são características desse tipo de estudo exploratório que, por sua vez, possibilita a flexibilidade dos procedimentos de amostragem (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Assim, a abordagem da pesquisa se enquadra como quantitativa e qualitativa. Empregam-se a quantificação por meio de técnicas estatísticas e a interpretação na demonstração dos dados relacionados ao tema, tanto na coleta de dados quanto no tratamento das publicações científicas dos *Annales de Géographie* (LAVILLE; DIONNE, 1999).

A técnica de pesquisa adotada é a documental que viabiliza o tratamento analítico de fontes primárias e/ou secundárias, indicando novas interpretações para os documentos examinados (GODOY, 1995). Além disso, esse tipo de pesquisa se mostra como uma alternativa para os estudos que determinam um longo período de investigação, permitindo a identificação de “[...] uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno” (GODOY, 1995, p. 22).

O *corpus* da pesquisa está constituído pelos artigos científicos publicados nos *Annales de Géographie*, obedecendo aos dois critérios justificados no próximo subcapítulo:

- (1) Ter sido publicado no período de 1892 a 1950;
- (2) Enquadrar-se na subárea de Geografia Urbana.

4.1 Procedimento de coleta dos dados

O procedimento de coleta dos dados está apoiado na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), um método de pesquisa científica que objetiva a elaboração de uma análise abrangente de determinado tema, auxiliando o mapeamento e a produção de diferentes indicadores do conhecimento científico (GOMES; CAMINHA, 2014). O rigor científico e a grande transparência são características da RSL, uma vez que visa a redução do enviesamento da literatura ao realizar uma coleta

exaustiva de publicações científicas, acompanhando todas as etapas de pesquisa previamente definidas (RAMOS; FARIA; FARIA, 2014).

Assim, descreve-se o protocolo de pesquisa da RSL empregado nesta pesquisa para a análise dos artigos científicos publicados no periódico dos *Annales de Géographie*: (i) objetivo, (ii) equações de pesquisa pela definição dos operadores *booleanos*, (iii) âmbito, (iv) critérios de inclusão, (v) critérios exclusão, (vii) resultados e (viii) tratamento de dados. As etapas metodológicas aplicadas ao objeto de estudo da pesquisa estão representadas no quadro 1.

Quadro 1 - Etapas metodológicas da Revisão Sistemática Literatura

Objetivo	Recuperar os artigos científicos de Geografia Urbana publicados nos <i>Annales de Géographie</i> no período de 1892-1950
Equações de pesquisa	<i>ville(s)</i> AND <i>urbain(s)(es)</i>
Âmbito da pesquisa	Portal Persée na coleção dos <i>Annales de Géographie</i>
Crítérios de inclusão	Adequação do conteúdo dos artigos científicos pelas informações do título e do corpo de texto
Crítérios de exclusão	Inadequação do conteúdo dos artigos científicos pelas informações do título e do corpo de texto
Resultados	Descrição da coleta dos dados: Quantidade total de artigos científicos recuperados Quantidade total de artigos científicos após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão
Tratamento dos dados	Identificação das categorias seguintes nos artigos científicos e no portal Persée: (1) Autoria (1.1) Gênero (1.2) Nacionalidade (1.3) Formação (2) Ano (3) Cidade Descrição e representação quantitativa da amostra final Síntese do conteúdo dos artigos científicos da amostra final

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O período de sistematização do conhecimento geográfico está determinado como referência temporal da pesquisa: 1892-1950; em 1892, as atividades de

publicação do periódico são iniciadas e, em 1950, o declínio do período clássico da Ciência Geográfica era sinalizado e o movimento de renovação do conhecimento geográfico ganhava envergadura no pós-Segunda Guerra Mundial (CLARK, 1982). Além da delimitação do período, restringiu-se o tipo de documento²⁷ publicado no periódico, considerando apenas as publicações em formato de artigo científico.

Em síntese, a coleta de dados está apoiada nos filtros disponíveis da ferramenta de busca do portal Persée – (i) *sélection*, (ii) *langue*, (iii) *type*, (iv) *date*, (v) *collection* e (vi) *auteur*²⁸ – representados no quadro 2.

Quadro 2 - Formulação da busca no portal Persée

Sélection	ville(s) AND urbain(s)(es) ²⁹
Langue	Français ³⁰
Type	Article
Date	1892-1950
Collection	Annales de Géographie
Auteur	--- --

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em seguida, realiza-se a recuperação dos artigos científicos pelas palavras-chave *cidade* e *urbano* nas línguas disponíveis da coleção, variando em gênero e número quando possível³¹. Determinam-se os termos de busca *cidade* e *urbano* devido sua amplitude no campo de Geografia Urbana, o que possibilita o alcance de todas as publicações que contêm os dois termos simultaneamente em qualquer parte do texto. Ressalta-se que, como os artigos científicos remontam o final do

²⁷ Descartam-se os relatórios de controle, as listas de coleção e as notas bibliográficas.

²⁸ O filtro *auteur* é utilizado apenas para a consulta individual de informações sobre os autores dos artigos científicos que estiverem presentes na amostra final, ou seja, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão aos resultados obtidos da pesquisa no Persée.

²⁹ Definem-se os dois termos (*ville* e *urbain*) para assegurar a precisão dos resultados que devem estar alinhados com a temática da pesquisa, evitando o acúmulo de artigos indesejáveis; os resultados apresentados devem apresentar os dois termos no título e/ou no corpo do texto.

³⁰ Define-se apenas a língua francesa no quadro explicativo porque a pesquisa com os termos nas outras línguas (*anglais, italien, espagnol, albanais, néerlandais, allemand, portugais, roumain, grec e russe*) ou não aparecem resultados ou aparecem poucos que já foram apresentados nos resultados da pesquisa em francês.

³¹ Não há mudança no número de resultados com a variação de gênero e número na pesquisa porque os radicais das palavras são os mesmos, levando a sua identificação no singular e no masculino.

século XIX e a primeira metade do século XX, a padronização do texto é simplista, apresentando a seguinte estrutura: título, discussão e autoria.

4.2 Procedimento de análise dos dados

Inicia-se o procedimento de análise dos dados com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão sobre a amostra inicial representada pelos artigos científicos recuperados na coleção dos *Annales de Géographie*. Para tanto, emprega-se a leitura do título e, caso necessário, a técnica de *skimming* – leitura rápida de um texto ou parte dele – verificando se os artigos estão enquadrados, ou não, na subárea de Geografia Urbana³². Uma vez realizado o refinamento, obtém-se a amostra intermediária que é organizada nas planilhas do *Microsoft Excel* e que, a princípio, serve para o armazenamento das seguintes categorias de análise:

- (1) Autoria
 - (1.1) Gênero
 - (1.2) Nacionalidade
 - (1.3) Formação
- (2) Ano
- (3) Cidade

Com a organização da amostra intermediária, elaboram-se os gráficos e as tabelas apresentando as variáveis (1) Autoria e (2) Ano. Em seguida, define-se a amostra final da pesquisa com os artigos científicos que abordam cidades britânicas e francesas em sua discussão, explorando a categoria (3) Cidade que subsidia o mapeamento cartográfico em uma ferramenta de Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a análise espacial. Por fim, estabelece-se uma síntese dos estudos urbanos apontados pela produção científica dos *Annales de Géographie* durante o período clássico da Ciência Geográfica, adentrando-se em uma discussão qualitativa.

³² Ressalta-se que os temas de Geografia Urbana devem ser predominantes no artigo científico, uma vez que a Geografia – ciência de contato – permite a multidisciplinaridade em suas análises.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No portal Persée, a expressão de busca “*ville(s) AND urbain(es)*” recuperou duzentos e noventa e um (291) artigos científicos na coleção dos *Annales de Géographie* no período de 1892 a 1950, constituindo a amostra inicial da pesquisa. E, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão definidos na metodologia, obteve-se a amostra intermediária, totalizando sessenta e dois (62) artigos; estes estão indicados no quadro 3. Para fins representativos, foram gerados gráficos e tabelas que caracterizam o perfil da amostra intermediária pelas seguintes variáveis: os *autores* que mais publicaram; a *década* de publicação dos artigos; o *gênero*, a *nacionalidade* e a *formação dos autores* que publicaram no periódico. Por fim, extraiu-se a amostra final de vinte e oito (28) artigos que contemplam cidades dos Estados do Reino Unido e da França em sua discussão, guiando-se pela variável *cidade*.

Quadro 3 - Amostra intermediária da pesquisa

Título	Autoria	Ano
Le développement de Londres	Désiré Pasquet	1898
Le développement de Londres	Désiré Pasquet	1899
Le sol et la croissance de Paris	Paul Dupuy	1900
Montluçon: essai de géographie urbaine	Antoine Vacher	1904
La géographie de la circulation, selon Friedrich Ratzel (second article)	G. A. Huckel	1907
Mopti et le commerce du moyen Niger	Marc Lucien	1910
Mopti et le commerce du moyen Niger	Capitaine Lucien Marc	1910
Quelques études de villes	Lucien Gallois	1912
Duluth: les mines de fer et l'essor de la ville	Albert Demangeon	1913
La capitale du Maroc	Augustin Bernard	1913
L'évolution des cités	Franz Schrader	1917
Anvers	Albert Demangeon	1918
Les villes saintes de l'Arabie	Émile-Félix Gautier	1918
Le port de Brest	Jacques Levainville	1919
Le port de Rouen	Alfred Urry	1919
Versailles: étude de géographie historique	Myriem Foncin	1919
L'étude de la vie urbaine et la ville de Paris	Albert Demangeon	1920
Varna	J. F. Hazewinkel	1922

Une petite ville alsacienne: Ribeauvillé	Pie-Raymond Régamey	1923
Casablanca	Albert Charton	1924
Limoges: étude d'économie urbaine	Antoine Perrier	1924
Le site et la croissance de Lyon	Lucien Gallois	1925
Le développement d'une grande ville américaine, Cleveland (Ohio)	Albert Demangeon	1927
Bucarest	Geneviève Vergez-Tricom	1927
L'approvisionnement de Paris en fruits et légumes	Suzanne Demangeon	1928
Buenos Aires, ville atlantique et les conditions de colonisation argentine	E. Chabanier	1929
La vie industrielle dans la région de Barcelone	Pierre Vilar	1929
Montauban: étude de géographie urbaine	Pierre Deffontaines	1929
Nantes, la ville et l'industrie	Roger Joxe; Jean Casevitz	1929
Une ville américaine Trenton	Alain Alexandre	1930
Le développement économique de Triest	Giorgio B. Roletto	1930
Tarare	Henri Bordas	1930
Kairouan: origine et évolution d'une ancienne capitale musulmane	Jean Despois	1930
L'oasis de Damas	Albert Demangeon	1931
Alger: étude de géographie et d'histoire urbaines	Augustin Bernard	1931
Macôn: notes de géographie urbaine	C. Cahen	1932
Les industries d'Amiens	Gabrielle Molitor	1932
Le port de Berlin	L. Morchipont	1932
Les industries du Havre	Marcel Amphoux	1932
Madrid	Paul Guinard; Pierre Monbeig	1932
Observations sur le site de la ville de Rouen	Roger Dion	1932
L'industrie à Montluçon	Fernand Baraud	1934
Le Creusot	Maxime Perrin	1934
L'évolution d'une grande cité et les problèmes actuels de l'urbanisme: l'héritage du passé et l'oeuvre présente de la municipalité viennoise	René Brouillet	1934
Buenos Aires: étude de géographie urbaine	Hélène Leconte de Martonne	1935
Le port de Southampton	Jean Cottier	1936
Villes-marchés et villes d'industrie de Haute-Normandie	Jean Soulas	1936
Le développement de Cardiff au cours du XIXe siècle et jusqu'à la crise actuelle	Maurice Crubellier	1936
Bratislava, étude de ville d'après un ouvrage récent	Alfred Fichelle	1937

Le développement des grandes villes en U.R.S.S. au cours du premier plan quinquennal	Jean Soulas	1938
Klaipeda-Memel le port et la ville	Lucien Bochet	1938
Orléans et l'ancienne navigation de la Loire	Roger Dion	1938
Oran, étude de géographie et d'histoire urbaines	Augustin Bernard	1939
Conurbations françaises	Jean Soulas	1939
Grande Vienne	Otto Langrein	1939
Introduction à une géographie de la circulation	Henri Cavaillès	1940
Les étapes de l'évolution du Havre de 1789 à nos jours	Jean Soulas	1940
La laponie de Jukkasjarvi et Kiruna. Colonie suédoise.	Georges Chabot	1941
Villes de Bretagne	André Meynier	1946
Paimpoul au temps d'Islande	Maurice Le Lannou	1946
Les villes du Danemark: origine et évolution	Lucien Musset	1948
Le site et l'évolution urbaine de Douai	Jean R. Leborgne	1950

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao analisar a amostra intermediária, os sessenta e dois (62) artigos listados anteriormente, constatou-se que os autores que mais tiveram artigos científicos publicados sobre Geografia Urbana são: Albert Demangeon, com cinco (5); Jean Soulas, com quatro (4); Augustin Bernard, com três (3); Désiré Pasquet, com dois (2); Lucien Gallois, com dois (2); e Roger Dion, com dois (2); estes estão indicados na tabela 1. Ou seja, de cinquenta e dois (52) autores da amostra intermediária, seis (6) autores são responsáveis por dezessete (17) artigos, representando 27,40% da produção científica. Os outros autores, por sua vez, publicaram apenas um artigo científico cada.

Em relação aos autores mais frequentes, Albert Demangeon era um dos pioneiros das teses regionais, dedicando-se aos estudos das forças econômicas que moldavam o mundo moderno (CLAVAL, 2014). Augustin Bernard, que era secretário geral da Comissão Interministerial dos Negócios Muçulmanos do governo francês, analisava o valor econômico dos territórios africanos, reforçando, ainda mais, o movimento colonial da geografia francesa (VASCONCELOS, 2012). Désiré Pasquet era professor da *École Politique des Hautes Études* e não era apreciado pelos geógrafos que se apoiavam nas leis da natureza, uma vez que sua visão sociológica era muito expressiva em suas obras (VASCONCELOS, 2012).

Aluno de Vidal de la Blache, Lucien Gallois era professor das universidades de Lion e Paris e esteve presente na direção dos *Annales de Géographie*. A contribuição teórica de Gallois para a Geografia Urbana não era grandiosa, mas diferenciava o estudo da cidade do estudo da região (VASCONCELOS, 2012). Roger Dion era discípulo de Albert Demangeon e foi um dos geógrafos que mais defendia a história como indispensável no pensamento do espaço geográfico, contra argumentando o determinismo ambiental (MENDONZA, 2010).

Tabela 1 - Autores com maior número de artigos publicados

Autoria	Número de Artigos
Albert Demangeon	5
Jean Soulas	4
Augustin Bernard	3
Désiré Pasquet	2
Lucien Gallois	2
Roger Dion	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação a quantidade de publicações de Geografia Urbana, a tabela 2 e o gráfico 1 retratam a frequência de artigos científicos por década. As três primeiras décadas (1892-1900, 1901-1910, 1911-1920) e a última década (1941-1950) apresentam menos da metade dos trabalhos publicados, totalizando 35% da amostra; tal frequência pode ser compreendida como o começo das atividades do periódico, a emergência dos estudos urbanos na geografia e os períodos de Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e de Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Tabela 2 - Quantidade de artigos científicos por década

Década	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
1892-1900 ³³	3	5
1901-1910	4	6
1911-1920	10	16

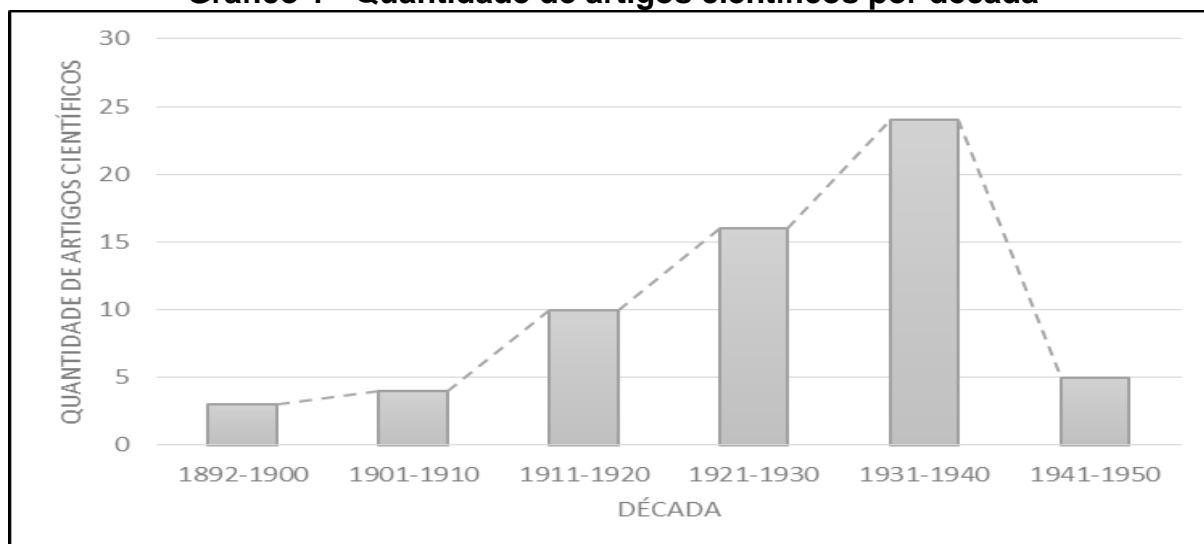
³³ Neste caso, lembra-se que o intervalo é de nove anos.

1921-1930	16	26
1931-1940	24	39
1941-1950	5	8
Total	62	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As décadas de 1921-1930 e 1931-1940 somam os 65% dos artigos científicos da amostra, compreendendo 26% e 39% respectivamente. Tais porcentagens podem ser traduzidas como a consolidação da subárea de Geografia Urbana e a atenção dada aos problemas urbanos de cidades que vivenciaram a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Considera-se, aqui, que a periodicidade dos *Annales de Géographie* apresentava uma média de cinco a seis números anualmente, com exceção de três momentos: os primeiros anos do periódico, especificamente os anos de 1893 e 1894; em 1915, publicando apenas um número; e, na década de 1940, constando quatro números anualmente.

Gráfico 1 - Quantidade de artigos científicos por década



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em suma, cinquenta e três (53) artigos científicos que compõem a amostra intermediária da pesquisa apresentam estudos sobre uma cidade específica, sendo, muitas vezes, explicitada no título. Apenas nove (9) artigos são teóricos e não mencionam uma cidade específica ou tratam de cidades localizadas em outros continentes:

- G. A. Huckel, *La géographie de la circulation, selon Friedrich Ratzel (second article)*;
- Lucien Gallois, *Quelques études de villes*;
- Franz Schrader, *L'évolution des cités*;
- Émile-Félix Gautier, *Les villes saintes de l'Arabie*;
- Pierre Villar, *La vie industrielle dans la région de Barcelone*;
- Jean Soulas, *Villes-marchés et villes d'industrie de Haute-Normandie*;
- Jean Soulas, *Le développement des grandes villes en U.R.S.S. au cours du premier plan quinquenal*;
- Jean Soulas, *Connurbation françaises*;
- Henri Cavailès, *Introduction à une géographie de la circulation*.

As outras informações sobre o perfil da autoria – gênero, nacionalidade e formação³⁴ – estão descritas no quadro 4. Os traços (-) significam que a informação de determinada autoria não foi localizada oficialmente. Isto é, não há informações sobre eles nem no Portal Persée nem no catálogo da Biblioteca Nacional da França (BnF).

Quadro 4 - Identificação do perfil da amostra intermediária

Autoria	Gênero	Nacionalidade	Formação
Alain Alexandre	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
Albert Charton	Masculino	Francesa	-
Albert Demangeon	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
Alfred Fichelle	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
Alfred Urry	Masculino	-	-
André Meynier	Masculino	Francesa	Geógrafo
Antoine Perrier	Masculino	Francesa	Historiador
Antoine Vacher	Masculino	Francesa	Geógrafo
Augustin Bernard	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
C. Cahen	-	-	-
Capitaine Lucien Marc	Masculino	-	-
Désiré Pasquet	Masculino	Francesa	Historiador
E. Chabanier	-	-	-
E. F. Gautier	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador

³⁴ As informações de gênero, nacionalidade e formação são extraídas pelo portal Persée e pelo catálogo da Biblioteca Nacional da França (BnF).

Fernand Baraud	Masculino	-	-
Franz Schrader	Masculino	Francesa	Geógrafo
G. A. Huckel	-	-	-
Gabrielle Molitor	Feminino	-	-
Geneviève Vergez-Tricom	Feminino	Francesa	Geógrafo
Georges Chabot	Masculino	Francesa	Geógrafo
Giorgio B. Roletto	Masculino	-	-
Hélène Leconte de Martonne	Feminino	Francesa	-
Henri Bordas	Masculino	-	-
Henri Cavailès	Masculino	Francesa	-
J. F. Hazewinkel	-	-	-
Jacques Levainville	Masculino	Francesa	Geógrafo-Geólogo
Jean Casevitz	Masculino	-	-
Jean Cottier	Masculino	-	-
Jean Despois	Masculino	Francesa	Geógrafo
Jean R. Leborgne	Masculino	-	-
Jean Soulas	Masculino	-	-
L. Morchipont	-	-	-
Lucien Bochet	Masculino	-	-
Lucien Gallois	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
Lucien Musset	Masculino	Francesa	Historiador
Marc Lucien	Masculino	Francesa	-
Marcel Amphoux	Masculino	-	Geógrafo-Economista
Maurice Crubellier	Masculino	Francesa	Historiador
Maurice Le Lannou	Masculino	Francesa	Geógrafo
Maxime Perrin	Masculino	-	-
Myriem Foncin	Feminino	Francesa	Geógrafa
Otto Langrein	Masculino	-	-
Paul Dupuy	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
Paul Guinard	Masculino	Francesa	Teórico de arte
Pie-Raymond Régamey	Masculino	Francesa	-
Pierre Deffontaines	Masculino	Francesa	Geógrafo
Pierre Monbeig	Masculino	Francesa	Geógrafo
Pierre Vilar	Masculino	Francesa	Historiador
René Brouillet	Masculino	Francesa	Político
Roger Dion	Masculino	Francesa	Geógrafo-Historiador
Roger Joxe	Masculino	Francesa	Historiador
Suzanne Demangeon	Feminino	-	-

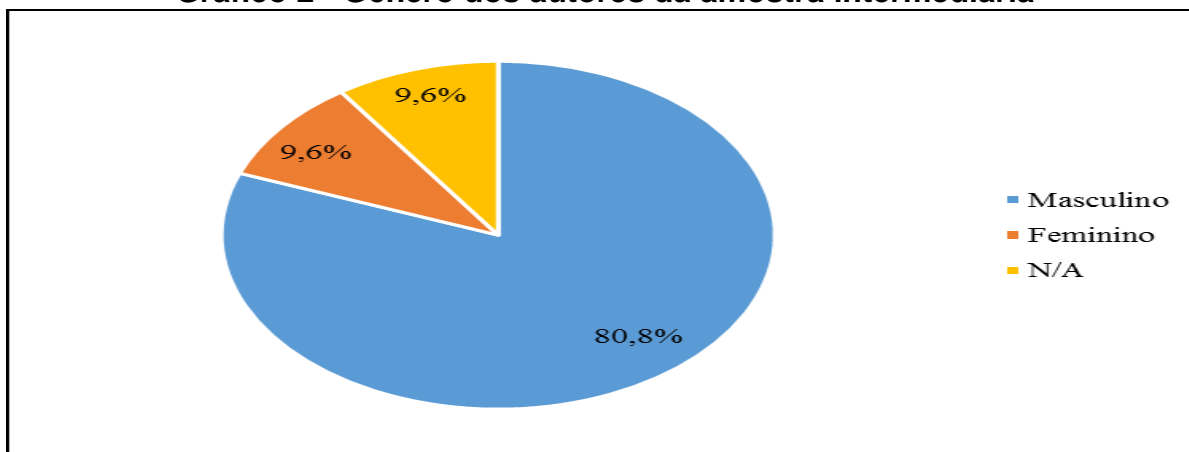
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico 2 apresenta a proporção de autores por gênero: 80,8% dos autores identificados são do gênero masculino, representando quarenta e dois (42) homens; 9,6% dos autores não tiveram o gênero identificado; e 9,6% são do gênero feminino,

representando cinco (5) mulheres: Gabrielle Molitor, Geneviève Vergez-Tricom, Hélène Leconte de Martonne, Myriem Foncin e Suzanne Demangeon. Vale a pena esclarecer que:

- Hélène Leconte de Martonne é filha de Paul Vidal de la Blache;
- Suzanne Demangeon é filha de Albert Demangeon.

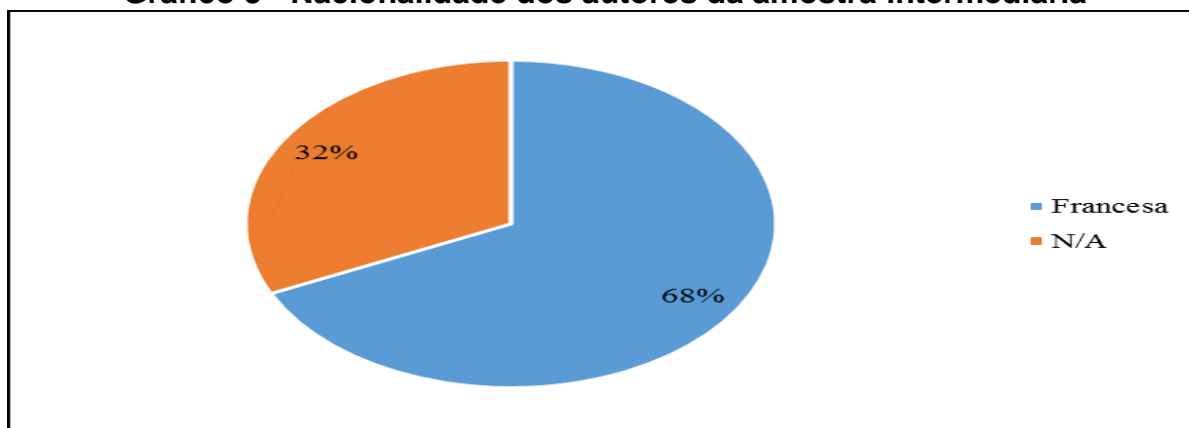
Gráfico 2 - Gênero dos autores da amostra intermediária



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico 3 mostra a proporção de autores por nacionalidade, observa-se a predominância francesa com trinta e dois (32) autores, representando 68%, ao passo que vinte (20) autores, representando 32%, não têm sua identificação confirmada. Essa quantidade de autores franceses assinala a existência de círculos de afinidades na escola francesa de geografia que se esforçavam para a consolidação dos *Annales de Géographie* como um periódico científico (BERDOULAY, 2017).

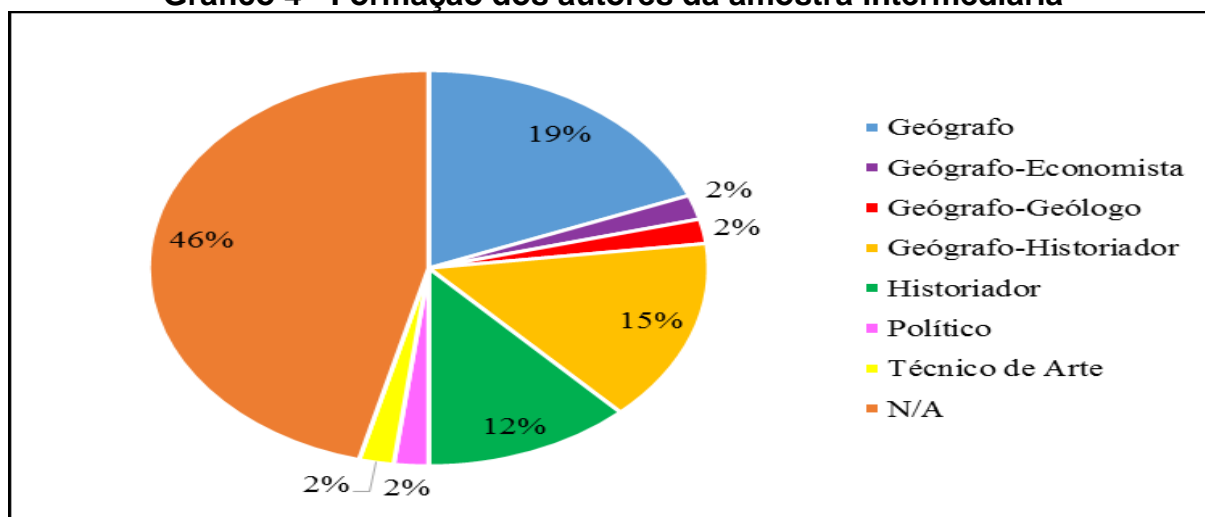
Gráfico 3 - Nacionalidade dos autores da amostra intermediária



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico 4 representa a proporção de autores por formação: 46% não têm sua informação identificada, mas, entre aqueles que têm, nota-se uma relativa pluralidade de profissionais contribuintes de pesquisas de Geografia Urbana, sendo o geógrafo predominante: geógrafo (19%), geógrafo-historiador (15%), historiador (12%), geógrafo-economista (2%), geógrafo-geólogo (2%), político (2%) e técnico de arte (2%). Este cenário da formação dos autores revela a interdisciplinaridade dos estudos urbanos e, mais especificamente, da cidade como objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento.

Gráfico 4 - Formação dos autores da amostra intermediária

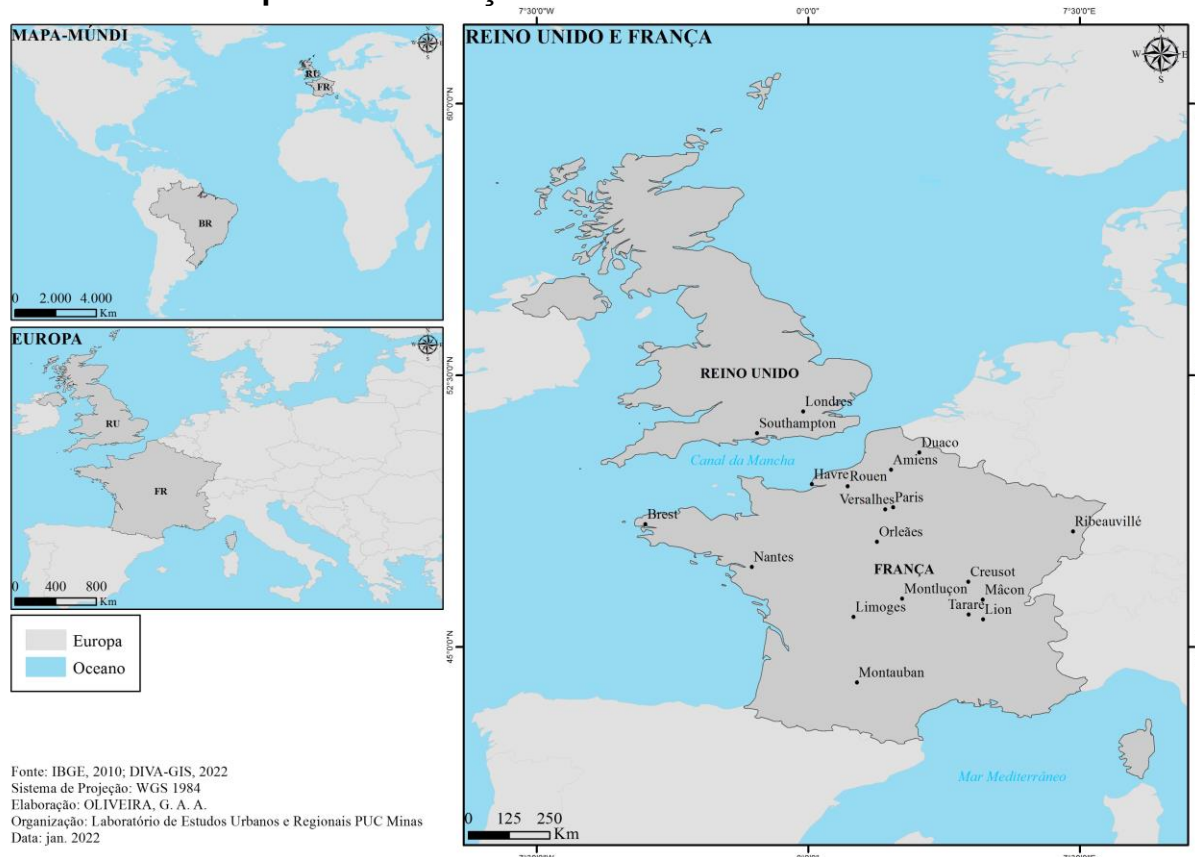


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Dando prosseguimento, a análise do conteúdo dos artigos científicos está subdividida em duas seções nomeadas Reino Unido e França, nas quais são avaliados os trabalhos que contêm cidades dos respectivos Estados ou alguma temática de Geografia Urbana aplicada ao território nacional. O mapa 1 indica a localização dos dois Estados e pontua as cidades explicitadas³⁵ da amostra final, constituída de vinte e oito (28) artigos científicos, sendo vinte e cinco (25) da França e três (3) da Inglaterra. As duas seções estão subdivididas em subseções nomeadas pelas atuais regiões administrativas de cada Estado³⁶, o que, por sua vez, colabora com a organização da discussão e a classificação das cidades citadas.

³⁵ As cidades, em questão, são aquelas protagonistas dos artigos científicos, aquelas que estão identificadas no título. Os artigos que apresentam mais de uma cidade dentro da discussão não estão considerados na representação cartográfica.

³⁶ Esta ordem acompanha a discussão cronológica do Referencial Teórico.

Mapa 1 - Localização das cidades da amostra final

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

5.1 Reino Unido

Dentre os artigos científicos de Geografia Urbana publicados nos *Annales de Géographie* (1891-1950), três (3) apresentam estudos de cidades britânicas, mais especificamente inglesas. Dois (2) tratam de Londres e um (1) de Southampton. O quadro 5 indica as informações bibliográficas gerais: título, autoria e ano de publicação.

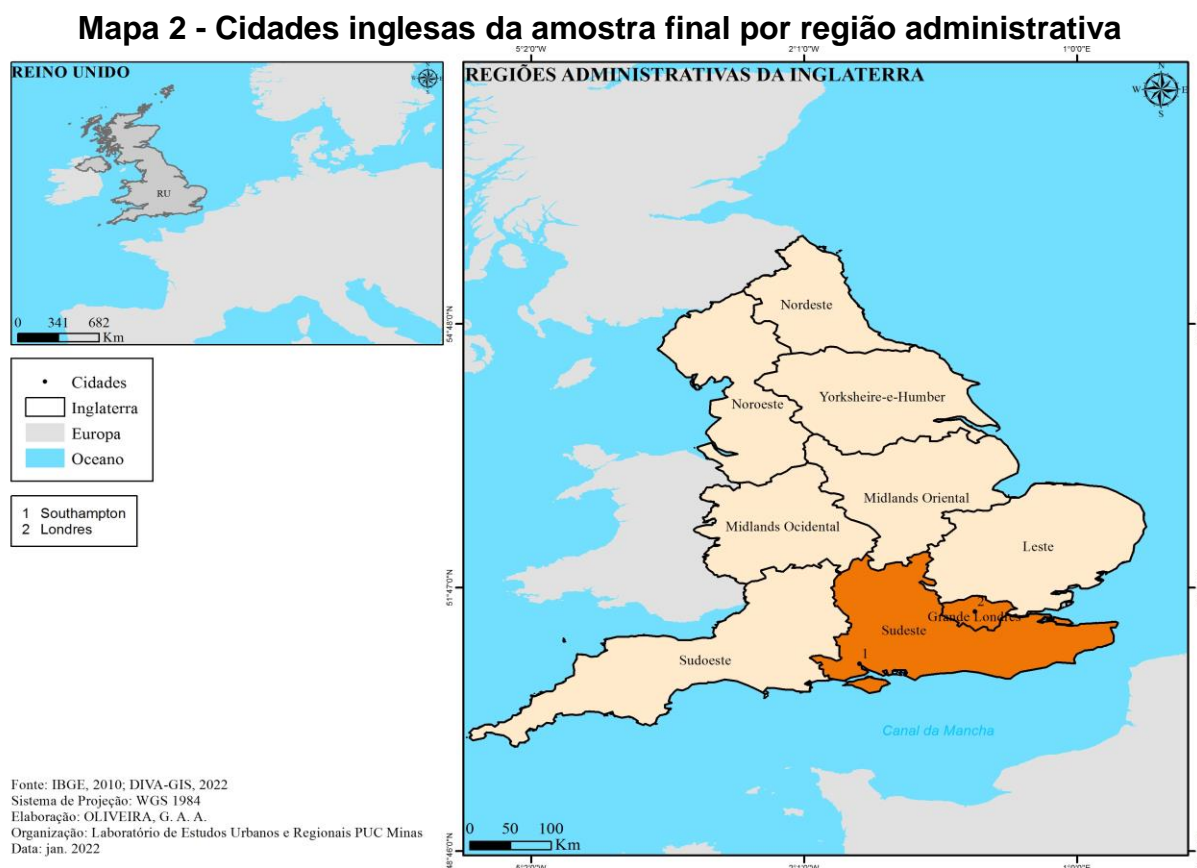
Quadro 5 - Artigos científicos da amostra final: Reino Unido

Título	Autoria	Ano
Le développement de Londres	Désiré Pasquet	1898
Le développement de Londres	Désiré Pasquet	1899
Le port de Southampton	Jean Cottier	1936

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Atualmente, a Inglaterra está dividida em nove (9) regiões administrativas: Grande Londres, Midlands Oriental, Midlands Ocidental, Leste, Nordeste, Noroeste,

Sudeste e Yorkshire-e-Humber. As cidades inglesas identificadas na amostra do Reino Unido – Londres e Southampton – estão localizadas respectivamente nas regiões Grande Londres e Sudeste. A distribuição de cidades inglesas por região administrativa pode ser observada no mapa 2.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A importância da cidade de Londres na história da Revolução Industrial e da urbanização industrial, propriamente dita, respalda sua dupla ocorrência na amostra. A respeito da condição de Southampton como cidade portuária voltada ao canal da Mancha marca sua importância geopolítica na Inglaterra. Assim, as próximas subseções da seção do Reino Unido, intituladas pelo nome das regiões administrativas da Inglaterra, demonstram detalhadamente o conteúdo dos artigos científicos que mencionam as duas (2) cidades.

5.1.1 Grande Londres

Apoiado pela perspectiva histórica, Pasquet (1898) relata o conflituoso desenvolvimento da cidade de Londres. Até o fim do século XIX, a cidade não

compartilhava um espírito londrino pela população que ainda estava distribuída em áreas bem dispersas umas das outras, assinalando uma desigualdade socioeconômica incontestável. Isto posto, Londres não era concebida como uma cidade propriamente dita, mas, sim, como uma aglomeração de cidades. Esta dificuldade de se estabelecer como uma cidade era resolvida parcialmente após a criação da Área Metropolitana de Londres. “Foi sob esse nome que Londres começou a tomar certa consciência de sua unidade – uma unidade muito imperfeita, é verdade [...]” (PASQUET, 1898, p. 330, tradução minha³⁷).

Em continuidade ao primeiro artigo científico, Pasquet (1899) detalha, ainda mais, a história do desenvolvimento da cidade de Londres. Um crescimento expressivo da população arrebatava a cidade no século XIX e, conseqüentemente, a expansão territorial londrina era uma realidade. “Londres, portanto, vive cada vez mais fora de Londres” (PASQUET, 1899, p. 44, tradução minha³⁸). A dupla publicação de Pasquet (1898;1899) nos *Annales de Géographie* era reforçada pela ausência de trabalhos que não apresentavam uma história de Londres inteiramente satisfatória, impossibilitando a comparação do passado e do presente londrino, o que é pontuado ao final do texto: “[...] o passado de Londres determinou o presente, como esse passado ainda vive no presente” (PASQUET, 1898, p. 47, tradução minha³⁹).

5.1.2 Sudeste da Inglaterra

Cottier (1936) aborda a cidade de Southampton ressaltando sua condição portuária. O porto de Southampton oferecia vantagens geopolíticas para a Inglaterra: do ponto de vista regional, a cidade possuía dois caminhos fluviais para o coração do sul da Inglaterra; do ponto de vista nacional, a cidade estava localizada a uma curta distância de Londres – 100km aproximadamente – e, na costa sul, contra a França; do ponto de vista internacional, sua posição no canal da Mancha lhe dava acesso direto ao Atlântico. Embora a condição natural privilegiasse e maximizasse a grandeza do porto na Inglaterra, existia uma aspiração industrial para a cidade que, até então, não se concretizava facilmente; apenas uma fábrica havia se instalado.

³⁷ “C’est sous ce nom que Londres commença à prendre une certaine conscience de son unité, - unité bien imparfaite, il est vrai [...]”

³⁸ “Londres vit donc de plus en plus em dehors de Londres”

³⁹ “[...] le passé de Londres a déterminé le présent, comment ce passé vit encore dans le présent”

“[...] parece que seus sonhos de desenvolvimento industrial autossuficiente não compreendem a verdadeira razão de sua grandeza” (COTTIER, 1936, p. 256, tradução minha⁴⁰).

5.2 França

Dentre os artigos científicos de Geografia Urbana publicados nos *Annales de Géographie* (1891-1950), vinte e cinco (25) são de cidades francesas. Destes, vinte e quatro (24) tiveram como foco dezessete (17) cidades: Amiens, Duaco, Tarare, Lion, Montluçon, Mâcon, Creusot, Brest, Orleães, Ribeauvillé, Paris, Versalhes, Havre, Rouen, Limoges, Montauban e Nantes. Detalhadamente, o quadro 6 indica as informações bibliográficas gerais: título, autoria e ano de publicação.

Quadro 6 – Artigos científicos da amostra final: França

Título	Autoria	Ano
Le sol et la croissance de Paris	Paul Dupuy	1900
Montluçon: essai de géographie urbaine	Antoine Vacher	1904
Le port de Brest	Jacques Levainville	1919
Le port de Rouen	Alfred Urry	1919
Versailles: étude de géographie historique	Myriem Foncin	1919
L'étude de la vie urbaine et la ville de Paris	Albert Demangeon	1920
Une petite ville alsacienne: Ribeauvillé	Pie-Raymond Régamey	1923
Limoges: étude d'économie urbaine	Antoine Perrier	1924
Le site et la croissance de Lyon	Lucien Gallois	1925
L'approvisionnement de Paris en fruits et légumes	Suzanne Demangeon	1928
Montauban: étude de géographie urbaine	Pierre Deffontaines	1929
Nantes, la ville et l'industrie	Roger Joxe; Jean Casevitz	1929
Tarare	Henri Bordas	1930
Macôn: notes de géographie urbaine	C. Cahen	1932
Les industries d'Amiens	Gabrielle Molitor	1932
Les industries du Havre	Marcel Amphoux	1932
Observations sur le site de la ville de Rouen	Roger Dion	1932
L'industrie à Montluçon	Fernand Baraud	1934

⁴⁰ “[...] il semble que ses rêves de développement industriel autonome méconnaissent la véritable raison de sa grandeur”

Le Creusot	Maxime Perrin	1934
Villes-marchés et villes d'industrie de Haute-Normandie	Jean Soulas	1936
Orléans et l'ancienne navigation de la Loire	Roger Dion	1938
Conurbations françaises	Jean Soulas	1939
Les étapes de l'évolution du Havre de 1789 à nos jours	Jean Soulas	1940
Villes de Bretagne	André Meynier	1946
Le site et l'évolution urbaine de Douai	Jean R. Leborgne	1950

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Há apenas um artigo que não está incluído na classificação regional-administrativa da França, uma vez que sua discussão é de cunho teórico-conceitual: *Conurbation françaises* de Jean Soulas (1939). Soulas (1939) aborda um importante conceito da Geografia Urbana proposto por Patrick Geddes: a conurbação, “[...] uma metrópole que acompanha um enorme subúrbio; [...] uma verdadeira ‘região urbana’ que agrupa centros e centros que, geralmente, graças ao desenvolvimento industrial, se espalharam reunidos, encontrados, confusos” (SOULAS, 1939, p. 466, tradução minha⁴¹). O termo conurbação substituiu o termo aglomerado multicomunal proposto por Charles Du Bus.

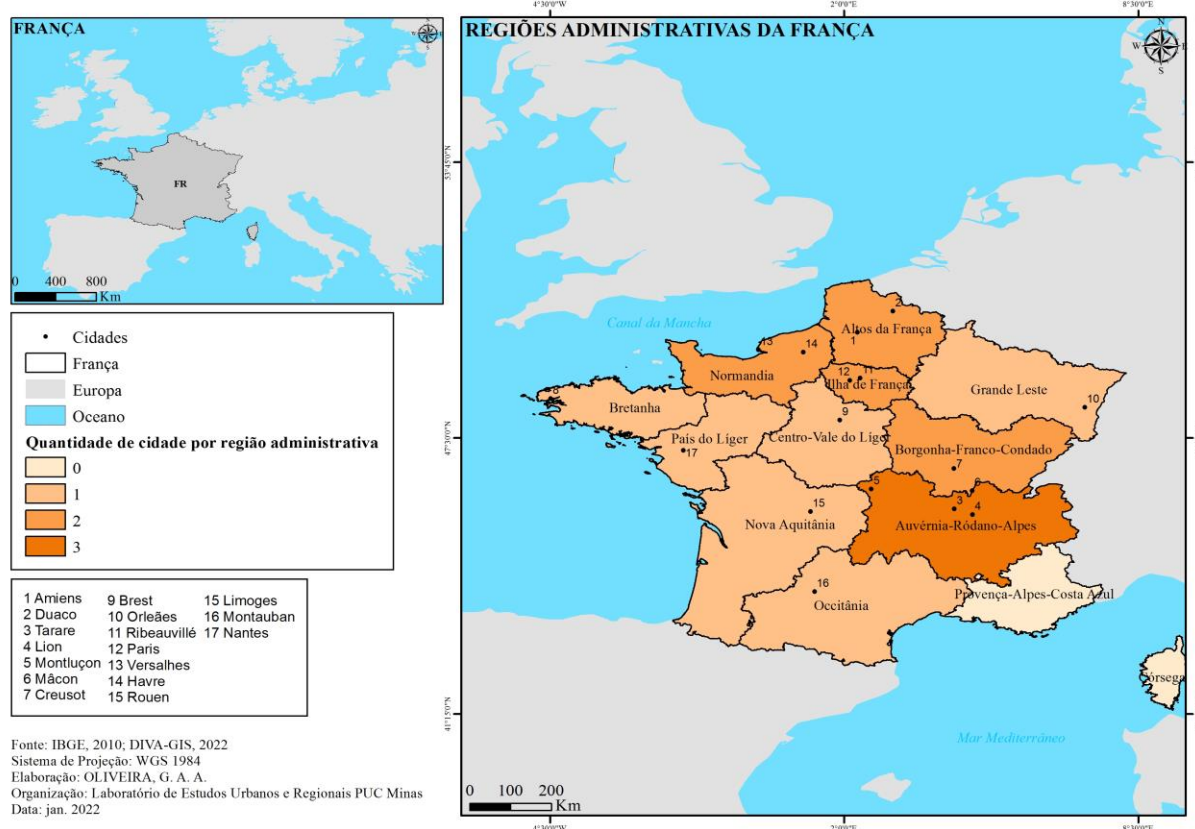
Em seu texto, Soulas (1939) aponta a conurbação como uma característica do mundo contemporâneo, compreendendo-a como formigueiro humano. Isto posto, menciona-se a dificuldade de aplicação do conceito que apresenta duas classificações concernentes à organização espacial: a cidade e o subúrbio imediato e os agregados urbanos. Ressalta-se também que, embora as maiores conurbações estivessem localizadas em outros Estados, como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América, a França já possuía algumas remarcáveis. Por fim, sinaliza-se o papel de grandes poetas que realizavam uma descrição geográfica pela combinação de ritmos e imagens.

Atualmente, a França está dividida em dezoito (18) regiões administrativas, sendo (13) na França Metropolitana e cinco (5) na França ultramarina. As cidades francesas da amostra estão localizadas nas regiões da França Metropolitana: Altos da França, Auvérnia-Ródano-Alpes, Borgonha-Franco-Condado, Bretanha, Centro-Vale do Líger, Córsega, Grande Leste, Normandia, Nova Aquitânia, Occitânia, País

⁴¹ “[...] une métropole qu’accompagne une énorme banlieue; [...] une véritable ‘région urbaine’, groupant des centres et des centres qui, généralement, grâce au développement industriel, se sont étendus, rapprochés, rencontrés, confondus”

do Liger e Provença-Alpes-Costa Azul. A distribuição de cidades francesas por região administrativa pode ser observada no mapa 3.

Mapa 3 - Cidades francesas da amostra final por região administrativa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A região administrativa com mais cidades discutidas é a Auvérnia-Ródano-Alpes com três (3) cidades; Altos da França, Normandia, Ilha de França e Borgonha-Franco-Condado possuem duas (2) cidades cada; Bretanha, País de Liger, Centro-Vale do Liger, Nova Aquitânia, Occitânia e Grande Leste possuem um (1) cidade cada. As únicas regiões que não tiveram nenhuma ocorrência de cidade na pesquisa são Provença-Alpes-Costa Azul e Córsega.

5.2.1 Altos da França

Molitor (1932) descreve as indústrias da cidade de Amiens, as quais construíam uma paisagem dotada de altas chaminés pelas quais um grande volume de fumaça era expedido. Dentre as atividades industriais que se destacavam, a têxtil era provavelmente aquela que melhor definia a história da cidade; uma grande

produtora de tecidos de algodão cujo processo de confecção estava assegurado pelo trabalho feminino. Embora a atividade industrial tivesse diminuído durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a região de Santerre, que havia se tornado um teatro do combate, transferia suas indústrias para Amiens que sofria menos perdas materiais. Após o fim da Grande Guerra, a cidade diversificava sua indústria, se recuperando lentamente, mas alguns desafios estavam reservados, sendo um deles a dependência de maquinaria estadunidense na produção industrial.

Apoiado pela abordagem histórica, Leborgne (1950) retrata a evolução urbana de Duaco, uma cidade localizada nas margens do rio Scarpe; tal posição lhe apresentava vantagens comerciais e militares desde a Idade Média. A fundação da cidade podia ser traduzida pelo pensamento *vidaliano* de que “a natureza prepara o sítio [...] e o ser humano o organiza para poder responder aos seus desejos e necessidades” (LEBORGNE, 1950, p. 110, tradução minha⁴²). Uma história urbana que reconhecia a importância industrial, comercial e administrativa desempenhada pela cidade e que, ao longo do tempo, desenvolvia outras funções, por exemplo: a universitária e a religiosa, que eram incorporadas também na paisagem de Duaco a partir do século XVI. Indubitavelmente, a extração de carvão e a articulação viária mantinham o *status quo* da cidade como um grande centro industrial e comercial no século XX.

5.2.2 Auvérnia-Ródano-Alpes

Gallois (1925) resgata a historicidade da cidade de Lion. Os conceitos de sítio e de posição estão presentes na discussão, os quais esclarecem as vantagens e as desvantagens locais da cidade em diferentes experiências no tempo: Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna; as vias são constantemente pontuadas: a estratégica rede de estradas do Império Romano, a expansão viária nas Cruzadas e a abertura de grandes artérias com a modernização da cidade pelo prefeito Vaisse, “[...] cuja obra em Lion é comparável à de Haussmann em Paris” (GALLOIS, 1925, p. 505, tradução⁴³). Outro dado importante é a irradiação do papel industrial que a

⁴² “*La nature prepare le site [...] et l’homme l’organise pour lui permettre de répondre à ses désirs et à ses besoins*”

⁴³ “[...] dont l’oeuvre à Lyon est comparable à celle de Haussmann à Paris”

cidade desempenhava sobre as cidades próximas, especialmente com a indústria têxtil.

Bordas (1930) relata a história da cidade de Tarare e a sua fatalidade de renovação perpétua. Outra vez, as vias são salientadas no desenvolvimento de Tarare, que está localizada entre duas cidades importantes da região, Lion e Roanne, lhe conferindo seu crescimento e sua industrialização. “É à estrada principal [...] que Tarare deve ter se tornado uma cidade” (BORDAS, 1930, p. 40, tradução minha⁴⁴). No século XVIII, a circulação de mercadorias e de passageiros na estrada Bourbonnais representava um fluxo significativo para a cidade, gerando demanda e oferta de serviços. No século XIX, a estrada caía em desuso com a implantação da linha férrea, isolando a cidade das outras, mas que, prosperamente, era resgatada pela indústria têxtil, alterando sua aparência e aumentando sua população.

Vacher (1904) retrata a cidade de Montluçon e, mais especificamente, a relação entre a vida urbana e os elementos físicos da região. Enquanto uma cidade-testemunha, isto é, que guarda vestígios do passado, muitas mudanças se impunham à ela: a construção do canal de Berry, a via férrea e a indústria. Estes elementos eram, em grande medida, responsáveis pelo crescimento demográfico da cidade no final do século XIX, uma vez que articulava seus produtos para toda a França. Os setores industriais eram um reflexo da situação geográfica de Montluçon que oferecia condições favoráveis ao seu desenvolvimento, por exemplo: na própria região, a indústria de vidro obtinha as matérias-primas essenciais para a fabricação de vidro de garrafa e vidro de janela. “Desta forma, mais uma vez, podem ser vistos os laços estreitos que unem o ser humano ao solo” (VACHER, 1904, p. 137, tradução minha⁴⁵).

Complementando, Baraud (1934) discorre sobre o desenvolvimento da cidade de Montluçon, especificamente como as indústrias impactavam sua configuração socioespacial. Os segmentos industriais da cidade que mais se especializavam eram o metalúrgico e o químico, sendo o primeiro extremamente estratégico no armamento dos exércitos da Tríplice Entente durante a Primeira Guerra Mundial. “Em 1916, cerca de 15.000 trabalhadores estavam empregados lá, e pode-se dizer que, em 1918, cerca de 28.000 trabalhadores trabalhavam dia e noite para a defesa

⁴⁴ “*C’est à la grand’route [...] que Tarare doit d’être devenue une ville*”

⁴⁵ “*Par là même se constatent une fois de plus les liens étroits qui unissent l’homme au sol*”

nacional” (BARAUD, 1934, p. 366, tradução minha⁴⁶). Localizada à margem do rio Cher, o núcleo primitivo da cidade feudal havia transbordado, crescendo em extensão e em população, sendo esta agrupada em diferentes zonas urbanas; os operários industriais, por exemplo, estavam alocados em uma zona periférica.

5.2.3 Borgonha-Franco-Condado

Cahen (1932) descreve a experiência econômica da cidade de Mâcon. Uma cidade de economia agrícola que, mesmo lentamente, desenvolvia um importante setor industrial. Com a queda das muralhas no século XVIII, a cidade impulsionava os números demográficos e apresentava condições atrativas para as indústrias. Isto posto, Mâcon desenvolvia um centro comercial de vinho reconhecido em todo o território nacional como um dos mais exportados, instalava uma pluralidade de indústrias, dentre as quais se sobressaíam a têxtil e a automobilística. Esta era “[...] seguramente hoje a indústria mais poderosa de Mâcon” (CAHEN, 1932, p. 418). E, em 1926, a construção de um porto no rio Saône acentuava, ainda mais, a atração industrial da cidade.

Perrin (1934) reflete sobre a cidade de Creusot, um exemplo recente que, mesmo sem atividade intensa e sem grande população, se desenvolvia rapidamente e se mantinha importante em sua região. A função industrial dava vida àquela cidade que, inicialmente, abrigava algumas poucas famílias; uma paisagem característica de cidade industrial: sem belos monumentos, sem atrativos. A atividade industrial (re)organizava o espaço da cidade, alojando os operários em conjuntos habitacionais próximos ao local de trabalho. “A grande indústria metalúrgica é o centro e a razão de tudo ali” (PERRIN, 1934, p. 255, tradução minha⁴⁷). Um modo de vida que rimava com o zumbido das máquinas, a fumaça das chaminés e a circulação dos trens.

⁴⁶ “En 1916, près de 15000 ouvriers y étaient employés, et l’on peut dire qu’en 1918 près de 28000 ouvriers travaillèrent jour et nuit pour la défense nationale”

⁴⁷ “La grande industrie métallurgique y est le centre et la raison de tout”

5.2.4 Bretanha

Levainville (1919) examina a importância da cidade portuária de Brest que, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), juntamente com outras cidades portuárias francesas, desempenhava um papel fundamental na importação de matérias-primas para o abastecimento nacional. E, posteriormente a Grande Guerra, as relações comerciais da França estavam direcionadas ao continente americano, o que realçava o valor geográfico do porto de Brest, que reduzia os percursos marítimos transatlânticos, uma vez que está localizado na costa da Bretanha. Entretanto, a comunicação continental de Brest era precária, reservando-lhe dificuldades no transporte de mercadorias pesadas que somente o desenvolvimento de uma poderosa ferrovia poderia fazê-lo.

Meynier (1946) realiza uma ampla descrição das cidades da região administrativa da Bretanha. As observações anotadas demonstram uma região que apresentava uma grande quantidade de cidades portuárias e assinalam os desafios que elas vivenciaram em sua constituição – o rápido crescimento da população e a insuficiência da rede de transportes – e, principalmente, alguns impactos da Segunda Guerra Mundial, por exemplo: a diminuição da população e da industrialização; apenas a função comercial se manteve relevante em algumas delas. A construção de linhas ferroviárias era dificultada devido aos planaltos regionais, o que, por sua vez, reforçava a tradição de bicicletas; “[...] Saint-Nazaire e Rennes são as cidades da França onde o número de bicicletas é maior em relação ao número de habitantes” (MEYNIER, 1946, p. 185-186, tradução minha⁴⁸).

5.2.5 Centro-Vale do Líger

Dion (1938) descreve a cidade de Orleães e o papel que o rio Líger desempenhava na história da França. Com uma antiga navegação fluvial que, durante mais de dois mil anos, havia fornecido trabalho e alimentação para a população do Centro-Vale do Loire, o rio Líger perdia sua supremacia comercial quando outras vias terrestres começavam a ser construídas no século XIX. “Seu papel, como artéria de grande tráfego, só é concebível em uma França que não tem

⁴⁸ “[...] Saint-Nazaire et Rennes soient les villes de France où le nombre de bicyclettes est le plus grand par rapport au nombre d’habitants”

outras estradas além daquelas que a natureza a dotou” (DION, 1938, p. 146, tradução minha⁴⁹). As recentes vias terrestres – rodoviária e férrea – estabeleciam uma condição maravilhosa para a população daquela época: a possibilidade de transporte de mercadorias a grandes distâncias em datas fixas. Assim, a navegação fluvial do rio Liger caía em esquecimento, sendo considerada por muitos habitantes uma lenda, uma mistificação dos historiadores.

5.2.6 Grande Leste

Régey (1923) aborda uma pequena cidade chamada Ribeauvillé. A paisagem urbana da cidade era um testemunho feudal no mundo moderno que ainda apresentava resquícios de uma outra concepção de cidade constituída por castelos e muralhas; “[...] é uma cidade especial porque o passado nela permanece presente” (RÉGAMEY, 1923, p. 258, tradução minha⁵⁰). Com a chegada da indústria têxtil no final do século XVIII, o aspecto da cidade pouco mudava e assim permanecia até meados do século XIX devido ao fenômeno de migração de pequenas cidades que perdiam sua importância econômica com o (re)direcionamento da linha férrea. Em 1921, a cidade contava com 5024 habitantes e sua atividade econômica de maior impacto era o vinhedo, um dos primeiros da região do Grande Leste.

5.2.7 Ilha de França

Foncin (1919) narra a fascinante história de Versalhes, uma cidade que estava entre os interesses de muitos artistas, poetas, historiadores e que, agora, podia ser estudada pelos geógrafos. Apontada como uma cidade que compartilhava um destino estranho, Versalhes conhecia alternadamente todos os graus de fortuna, retratada como a simples vila, a residência real, a capital e a cidade abandonada. “[...] Criada para um homem, por razões pessoais e políticas, arruinada por uma revolução, prova até onde pode ir o seu poder” (FONCIN, 1919, p 341, tradução

⁴⁹ “*Son rôle, comme artère de grand trafic, n’est concevable que dans une France ne possédant point d’autres routes que celles dont la nature l’a dotée*”

⁵⁰ “[...] *il est une ville dans la mesure surtout où le passé en lui reste présent*”

minha⁵¹). Sobrevivente de grandes eventos históricos, Versalhes reconquistava parte da prosperidade perdida antes que a insaciável Paris a absorvesse e mostrava a multiplicidade e a complexidade das causas que influenciavam o desenvolvimento de uma cidade.

Dupuy (1900) descreve a relação entre o crescimento de Paris e o solo que, ao longo do tempo, se ausentava do campo de visão dos cidadãos. Com o adensamento populacional e a expansão urbana, as condições físicas que, em outrora, viabilizavam o nascimento e o progresso da cidade, agora, já não eram mais percebidas após numerosas (re)construções arquitetônicas que alteravam completamente a paisagem natural de Paris. “[...] perde-se o olhar na desordem dos telhados; os aviões mal se distinguem; o rio desaparece na maioria das vezes [...]” (DUPUY, 1900, p. 340, tradução minha⁵²).

Demangeon (1920) realiza uma discussão sobre os estudos urbanos e a cidade de Paris. Observava-se uma mudança das investigações de Geografia Urbana, na qual elas saíam da zona de curiosidade científica e adentravam o domínio de aplicação das teorias desenvolvidas; este avanço concebia uma nova subárea: o planejamento urbano, combinando o raciocínio geográfico, historiográfico e econômico. Ao mesmo tempo, em Paris, criava-se um centro de estudos urbanos, o *Institut d'histoire, de géographie et d'économie urbaines de Paris*, o qual, por sua vez, lançava uma revista científica: *La vie urbaine*. Dentre as questões que chamavam a atenção de Paris, estavam aquelas que se relacionavam com o adensamento da aglomeração urbana que se estendia pelos subúrbios, um fenômeno que havia sido intensificado com a chegada dos transportes públicos.

Demangeon (1928) interpreta o mecanismo de abastecimento de alimentos de Paris. Na percepção de um camponês da Normandia, Paris era um monstro porque devorava a produção de alimentos de outras regiões inteiras. O consumo de frutas e de legumes na cidade refletia uma imagem tradicional associada aos tempos de origem da capital e sua evolução, mas que vinha a ser acessível às outras classes sociais apenas no século XX. Para tanto, a cidade adotava uma distribuição estacionária para que o fluxo de alimentos fosse contínuo durante todo o ano, aumentando ou diminuindo o nível de importações quando necessário. Além

⁵¹ “[...] crée par un homme, pour des raisons personnelles et politiques, ruiné par une révolution, prouve jusqu’où peut aller leur pouvoir”

⁵² “[...] l’oeil se perd dans le fouillis des toits; les plans se distinguent à peine; le fleuve disparaît la plupart du temps [...]”

disso, a comunicação viária precisava ser estratégica, sendo o transporte fluvial importante e a linha de ferro decisiva.

5.2.8 Normandia

Urry (1919) menciona o desenvolvimento que as cidades portuárias obtinham durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), concentrando-se no caso de Rouen que, mesmo com tal prosperidade econômica, precisava se reinventar no pós-guerra para sustentar as taxas de crescimento observadas naquele período. O porto da cidade está localizado em uma rota que lhe dava acesso as duas vias – fluvial e marítima – do Sena. “O desenvolvimento econômico do porto de Rouen está intimamente ligado ao desenvolvimento das suas muitas vantagens do Sena marítimo e do rio Sena até Paris [...]” (URRY, 1919, p. 119, tradução minha⁵³). O valor geográfico de Rouen motivava o estabelecimento de novas indústrias que, conseqüentemente, expandiam a cidade com a construção de novos alojamentos para os operários.

Dion (1932) realiza algumas observações sobre o sítio da cidade de Rouen, assinalando suas características físicas e como elas influenciavam seu desenvolvimento; questiona-se o motivo de fundação da cidade em terrenos submersíveis, os quais, naturalmente, estavam condenados a um devir pantanoso. Embora carregada de uma descrição detalhada dos aspectos topográficos e geológicos, há uma retrospectiva histórica que remonta os tempos antigos de Rouen como uma das capitais da Gália-Romana, pontuando o florescimento da vida urbana naquelas feições, aparentemente, solitárias.

Amphoux (1932) discute uma outra cidade portuária chamada de Havre. Até o século XX, o porto marítimo de Havre exercia um importante papel comercial, mas a função industrial estava sendo incorporada pelas outras atividades desenvolvidas na cidade cada vez mais; uma nova dinâmica que anunciava um período em que os portos marítimos não podiam mais se restringir ao papel comercial, caso quisessem se manter relevantes. Uma cidade de recomeços. “[...] o Havre tem sido capaz,

⁵³ “*L'évolution économique du port de Rouen est intimement liée au développement de ses nombreux avantages: la Seine maritime, la Seine fluviale jusqu'à Paris [...]*”

desde a Guerra, de se adaptar às condições da vida moderna” (AMPHOUX, 1932, p. 47, tradução minha⁵⁴).

Em complemento, Soulas (1940) descreve o histórico de desenvolvimento de Havre entre os séculos XVIII e XX. Como um dos primeiros portos da França, o comércio desempenhado na cidade era sua principal função, o que, por sua vez, impulsionava o crescimento populacional observado no tempo e no espaço. Desvincilhando-se da forma medieval, os muros da cidade eram demolidos e sua extensão territorial era expandida, conduzindo a formação de subúrbios que, aos poucos, se sobressaíam em número populacional e recebiam indústrias que mantinham um crescimento econômico constante. “[...] a geografia urbana não é feita apenas de dentro; ela deve olhar para fora” (SOULAS, 1940, p. 212, tradução minha⁵⁵).

Soulas (1936) relata a história das cidades da região administrativa da Alta-Normandia na transição dos séculos XIX-XX. Embora as cidades médias e pequenas estivessem em abundância na região, as atividades econômicas desempenhadas por elas eram modestamente relevantes, destacando-se as cidades de mercado, as cidades marítimas e os centros industriais. Uma nova forma de organização do espaço urbano estava em curso com a descentralização da indústria, o que despertava a construção de cidades-jardim; estas que incorporavam os ambientes urbano-rural e mantinham os operários em conjuntos habitacionais localizados proximamente. Em vista disso, um crescimento populacional expressivo era motivado pelas condições higiênicas ideais, estimulando a expansão das periferias de muitas cidades.

5.2.9 Nova Aquitânia

Perrier (1924) observa a função econômica da cidade Limoges na história da região administrativa de Nova Aquitânia. Localizada em um cruzamento de vias, sua situação geográfica era estratégica comercialmente, uma vez que estava no centro de rotas que vinham de muitas cidades, por exemplo: Paris, Poitiers e Bordéus. As vantagens locacionais não eram recentes, o comércio marcava sua principal função de Limoges desde a Idade Antiga e, mesmo com a construção das ferrovias na

⁵⁴ “[...] Havre a su, depuis la Guerre, s'adapter aux conditions de la vie moderne”

⁵⁵ “[...] la géographie urbaine ne se fait pas seulement du dedans; elle doit regarder au dehors”

Idade Moderna, sua função comercial era ampliada, o que, rapidamente, atraía indústrias que transformavam a cidade em um importante centro industrial. Em pouco tempo, o desenvolvimento industrial motivava a instalação de diferentes instituições – religiosas e acadêmicas – na cidade.

5.2.10 Occitânia

Deffontaines (1929) pontua a importância do passado para uma análise geográfica e exemplifica com a história da cidade de Montauban. Com rios e afluentes que possuíam cursos d'água instáveis – Tarn, Aveyron, Gimone e Garonne – a cidade está localizada em uma região hidrográfica desfavorável ao desenvolvimento urbano, o que lhe conferia um histórico de inundações catastróficas. Montauban era um caso infortúnio de industrialização; ainda em atividade, o comércio agrícola regional era a principal função econômica da cidade, esta que proporcionava uma única e moderada atividade industrial: a produção de conservas de legumes. “As outras atividades são todas testemunhos de indústrias antigas quase desaparecidas” (DEFFONTAINES, 1929, p. 462, tradução minha⁵⁶).

5.2.11 País do Líger

Apoiado pela perspectiva histórica, Joxe e Casevitz (1929) retratam a cidade de Nantes que já detinha grande importância econômica quando a França era uma parte da região da Gália-Romana. A situação geográfica de Nantes era favorável ao comércio, dispondo do rio Líger para o escoamento da produção comercial até outras regiões. Durante séculos, a configuração socioespacial da cidade era modificada lentamente, sendo apenas no século XVIII que uma mudança sintomática na forma e no conteúdo era percebida com o tráfico de escravos negros, a queda das muralhas e a circulação acessível. Entretanto, Nantes sofria uma crise sem precedentes no século XIX nos âmbitos social, econômico e ambiental, sendo recuperada do marasmo graças às atividades industriais dos setores alimentar, metalúrgico e químico. “Nantes estava se tornando uma enorme colmeia industrial [...]” (JOXE; CASEVITZ, 1929, p. 237, tradução minha⁵⁷).

⁵⁶ “*Les autres activités sont toutes des témoins d’anciennes industries presque disparues*”

⁵⁷ “*Nantes devenait une immense ruche industrielle [...]*”

5.3 Resultados em perspectiva

A construção do perfil da amostra final da pesquisa revela a predominância da nacionalidade francesa, do gênero masculino e da formação em geografia entre os autores listados. Dentre os artigos científicos lidos, a perspectiva feminina é espelhada, mesmo que pontualmente, no conteúdo escrito por Gabrielle Molitor (1932). Embora a formação de geografia seja predominante, a estrutura dos artigos está costurada pelos elementos históricos, alguns voltando à Idade Antiga, outros ao século anterior da publicação; isso reforça o papel da história nos estudos urbanos como mencionado por Vasconcelos (2012). A periodicidade das publicações nos *Annales de Géographie* se manteve constante desde sua criação, oscilando apenas nos anos iniciais e nos anos de Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Agrupados, o conteúdo dos artigos científicos salienta o protagonismo industrial no desenvolvimento das cidades; como elas eram atraídas, o papel que desempenhavam e os produtos produzidos. As cidades portuárias são listadas algumas vezes, marcando sua influência geopolítica e seu desafio de integração com o restante do território nacional. Outros elementos são realçados em algumas cidades que observavam sua realidade sendo alterada, por exemplo: a mudança dos meios de transporte e a expansão da rede viária. Há autores que chamam a atenção para a interdisciplinaridade dos estudos urbanos, a formação de novas subáreas e a aplicação das artes na escrita científica.

Alguns dos termos mais frequentes no conteúdo dos artigos científicos da amostra final estão identificados no quadro 7 em três seções: conceitos-chave, temáticas e processos. Essencialmente, este esquema reflete a discussão geral promovida pelos autores que publicaram estudos urbanos nos *Annales de Géographie* no período de 1892 a 1950.

Quadro 7 – Termos descritores da amostra final

Conceitos-chave	Temáticas	Processos
Fluxo	Circulação de transporte	Conurbação
Função	Configuração socioespacial	Industrialização
Paisagem	Crescimento demográfico	Migração
Posição	Impacto socioambiental	Urbanização
Rede	Planejamento urbano	
Sítio		
Situação geográfica		

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência científica está repleta de surpresas para os pesquisadores. Esta pesquisa, por exemplo, é a prova viva da afirmação mencionada. Inúmeras alterações – algumas pequenas, outras estruturais – foram atribuídas ao seu texto durante os dois anos de desenvolvimento. Descaracterizada momentaneamente, a primeira versão da pesquisa ainda está presente nesta versão que lê-se; os principais recortes realizados ressaltaram características que dariam para ser trabalhadas em maior detalhamento dentro do tempo estipulado do curso de mestrado. De qualquer modo, elenca-se três pontos reflexivos que estruturam a motivação e a discussão desta pesquisa, explicitados nos próximos três parágrafos.

O papel da ciência está constantemente atrelado aos avanços tecnológicos e às grandes invenções que impactam significativamente o modo de vida da sociedade, reduzindo-lhe a uma imagem estereotipada de progresso viabilizado por experimentos laboratoriais. Embora a intenção não seja o demérito de tais conquistas, as ciências humanas ficam sombreadas por tal reducionismo científico, o que, por sua vez, fragiliza o campo e os pesquisadores que, constantemente, são atacados por uma parcela da população que está em destaque, contaminando, via de regra, a opinião pública menos instruída. Em tempos de negacionismo científico – negação de uma realidade comprovada cientificamente – resgatar a origem de um campo do conhecimento e de questões atreladas a ela se mostram, cada vez mais, necessárias e oportunas.

Historicamente, a Ciência Geográfica recebe variados rótulos que expressam parcialmente o perfil daqueles pesquisadores que a desenvolve e, muitas vezes, aqueles que representam o *contrassenso* de determinado período não chegam à literatura, produzindo uma história científica única. Atentando-se aos rótulos generalizantes e dominantes que são incorporados aos grupos acadêmicos de determinado período, o modo de interpretação da realidade, ainda assim, é diversificado, isto é, os pesquisadores, sutilmente ou não, transportam suas individualidades às pesquisas científicas empreendidas; aqui, refiro-me a carga histórica do indivíduo que diz respeito a sua nacionalidade, ao seu gênero e a sua formação, e não, simplesmente, ao enviesamento científico.

Em um período revolucionário que afeta radicalmente as estruturas de compreensão da realidade, a Revolução Industrial impôs uma transformação

estrutural da sociedade e uma mudança do que se compreendia por cidade nos últimos séculos. Desde então, muitos eventos históricos marcaram a necessidade daquilo que viria a ser comum na atualidade, como o planejamento urbano, exemplificando casos pioneiros desenvolvidos nas cidades de Londres e de Paris; consolidando-se uma concepção moderna de cidade. Isto posto, a modernidade atinge seu ponto culminante no século XIX, impregnando o modo de vida e criando condições artificiais de vida que perduram até os dias de hoje.

Nesse sentido, a discussão desta pesquisa incorporou os três pontos reflexivos supracitados em sua execução, definindo a subárea de Geografia Urbana como eixo de análise para a discussão do conteúdo dos estudos urbanos e a verificação da perspectiva científica construída no passado. Especificamente, a pesquisa propôs uma análise geohistórica do desenvolvimento da Geografia Urbana retratado pelo periódico científico emblemático da escola francesa de geografia – os *Annales de Géographie* – na transição dos séculos XIX-XX.

Apoiado pela metodologia da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a recuperação dos artigos científicos publicados nos *Annales de Géographie* auxiliou a construção do perfil amostral, apresentando três características gerais dos autores que publicaram estudos urbanos no período de 1892 a 1950: o gênero masculino, a nacionalidade francesa e a formação em geografia. Embora estas características representem a maioria, notou-se algumas exceções principalmente no quesito de formação acadêmica; a perspectiva histórica estava fortemente presente na maioria dos textos, indicando a incipiência dos estudos geográficos no período clássico que ainda não se preocupavam com reflexões tão elaboradas da realidade.

O período histórico analisado testemunhava o movimento do sufrágio universal na Europa, o que, em alguma medida, espelha a experiência de uma sociedade cuja participação do gênero feminino em setores estratégicos, como a ciência, não era comum. Como a quantidade de artigos científicos que tiveram seu conteúdo analisado não representa uma proporção igualitária entre os gêneros na amostra da pesquisa, torna-se arriscado alegar um comportamento padrão entre eles. O gênero masculino não reflete uma mudança significativa no conteúdo das publicações, apenas desconsidera reflexões que tocariam o gênero feminino diretamente; Gabrielle Molitor (1932), por sua vez, marca em sua discussão, mesmo que brevemente, o papel feminino nas atividades industriais na cidade de Amiens.

Dentre as nacionalidades identificadas na pesquisa, todos os autores eram franceses. A hipótese de que um periódico científico da escola francesa de geografia receberia contribuições geográficas desenvolvidas em todos os continentes não foi confirmada, pelo menos não na amostra de Geografia Urbana dentro do período de análise da pesquisa. Isso, provavelmente, sinaliza que a publicação dos *Annales de Géographie* ainda apresentava dificuldade de acesso aos outros públicos que não eram europeus, aliás, franceses. Em outras palavras, mesmo constando cidades analisadas de outros continentes em menor número, a perspectiva eurocêntrica está consolidada na amostra da pesquisa.

Como um período de grandes mudanças, a maioria dos autores não demonstrou, ao menos nos textos, uma sensibilidade às mudanças socioespaciais vivenciadas, não abrindo oportunidades de reflexões que tocam à existência individual. Essa condição mostra que a pesquisa geográfica francesa apresentava um caráter historiográfico-epistemológico-teórico sobressalente e que ainda não estava devidamente desenvolvida, ou desenvolvida o suficiente, para situar a sensibilidade socioespacial explicitamente. Embora o olhar do indivíduo estivesse desatento para si, reconhecia-se as novidades externas como os meios de transporte. Alguns autores, a minoria, retrataram o movimento de artistas que liam a realidade e transparecia o estado emocional do indivíduo em suas obras.

Em relação aos temas, a indústria, seguramente, era o ponto em comum de todos os textos que situavam-na como o principal elemento de mudança na história de uma cidade; em poucos casos, aparecia como uma fase do desenvolvimento das cidades, em outros, relatava-se sua participação em conflitos bélicos como a Primeira Guerra Mundial. De fato, as atividades industriais engendradas pela Revolução Industrial impuseram sobre o cotidiano das sociedades um tempo e um espaço regido pela máquina. Além da importância que a atividade industrial concedia às cidades analisadas, outros elementos do espaço urbano são mencionados com certa recorrência e que estavam intrinsecamente vinculados à indústria: o comércio e o transporte. Portanto, a perspectiva industrial é dominante nos artigos científicos dos *Annales de Géographie* que entraram na amostra da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de. Geografia urbana: questões sobre sua natureza e seu objetivo. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 129-135.

AMPHOUX, Marcel. Les industries du Havre. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 41, n. 229, p. 32-48, 1932. Disponível em: <<https://bityli.com/ywOMf>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BACHELOT, Luc. Aventuras e desventuras da escrita. A propósito da interpretação do nascimento da escrita na Mesopotâmia. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 17, n. 33, p. 223-250, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/5yxeo>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BARAUD, Fernand. L'industrie à Montluçon. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 43, n. 244, p. 364-371, 1934. Disponível em: <<https://bityli.com/KlwFK>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

BASTOS, Cristiana. Das viagens científicas aos manuais de colonos: a sociedade de geografia e o conhecimento de África. *In*: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto de Investigação Científica Tropical (coord.). **O colonialismo português**: novos rumos da historiografia dos PALOP. Porto: Edições Húmus, 2013. p. 321-346.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia**: uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. BNF. **Catalogue général**. 1997. Disponível em: <<https://bityli.com/kihUS>>. Acesso em: 12 out. 2021.

BORDAS, Henri. Tarare. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 39, n. 217, p. 40-49, 1930. Disponível em: <<https://bityli.com/bkQcc>>. Acesso em: 9 jan. 2022.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8/9, 1984/1985. Disponível em: <<https://bityli.com/grOsJ>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CAHEN, C. Mâcon, notes de géographie urbaine. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 41, n. 232, p. 415-419, 1932. Disponível em: <<https://bityli.com/bKSOy>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Repensar a geografia urbana: o balanço de um simpósio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 9-15.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto; Edusp, 1995.

CARVALHO, José Luiz de. Geo-historiografias urbanas: considerações sobre cidade, civilização e modernidade. **Revista Percurso**, Maringá v. 8, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/MQfHm>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

CARVALHO JUNIOR, Ilton Jardim de; MORAES SOBRINHO, Aparecido Pires de. A perpetuação de mitos no pensamento geográfico: a ideia das influências ambientais e a falsa dicotomia determinismo/possibilismo. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 13, n. 22, p. 164-197, set. 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/QGtnn>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, Paul. A geografia francesa. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-22, 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/BaMZE>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**. 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/FNUPr>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

COTTIER, Jean. Le port de Southampton. **Annales de Géographie**, v. 45, n. 255, p. 240-256, 1936. Disponível em: <<https://bityli.com/BYMkW>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DEFFONTAINES, Pierre. Montauban: étude de géographie urbaine. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 38, n. 215, p. 460-469, 1929. Disponível em: <<https://bityli.com/WzYWf>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

DEMANGEON, Albert. L'étude de la vie urbaine et la ville de Paris. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 29, n. 159, p. 216-219, 1920. Disponível em: <<https://bityli.com/UyZlo>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

DEMANGEON, Suzanne. L'approvisionnement de Paris en fruits et légumes. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 37, n. 206, p. 97-121, 1928. Disponível em: <<https://bityli.com/ugpVt>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

DION, Roger. Observations sur le site de la ville de Rouen. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 41, n. 230, p. 131-142, 1932. Disponível em: <<https://bityli.com/kalpM>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DION, Roger. Orléans et l'ancienne navigation de la Loire. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 47, n. 266, p. 128-154, 1938. Disponível em: <<https://bityli.com/INAxQ>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

DUPUY, Paul. Le sol et la croissance de Paris. **Annales de Géographie**, [S.l.] v. 9, n. 46, p. 340-358, 1900. Disponível em: <<https://bityli.com/EQAJb>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

EYLER, Flávia Maria Schlee. **História antiga: Grécia e Roma: a formação do Ocidente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FITZGERALD, F. SCOTT. **Os belos e malditos: o retrato de uma geração**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

FONCIN, Myriem. Versailles: étude de géographie historique. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 28, n. 155, p. 321-341, 1919. Disponível em: <<https://bityli.com/fVGdG>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, dez. 2006. Disponível em: <<https://bityli.com/2dVWw>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GALLOIS, Lucien. Le site et la croissance de Lyon. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 34, n. 192, p. 495-509, 1925. Disponível em: <<https://bityli.com/aDEzn>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

GEORGE, Pierre. Un porte-parole presque centenaire... Les Annales de Géographie. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 93, n. 517, p. 281-289, 1984. Disponível em: <<https://bityli.com/aIWsw>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio 1995. Disponível em: <<https://bityli.com/BinTo>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Algumas considerações para uma revisão crítica da história do pensamento geográfico. *In*: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 145-156.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitana de Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/QO3Elh>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (org.). **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HIRST, John. **A mais breve história da Europa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

JOHNSTON, Ronald Johnston. **Geografia e geógrafos**: a geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: DIFEL, 1986.

JOXE, Roger; CASEVITZ, Jean. Nantes, la ville et l'industrie. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 38, n. 213, p. 230-245, 1929. Disponível em: <<https://bityli.com/olwjx>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

KERN, Stephen. **The culture of time and space 1880-1918**. Cambridge: Harvard University Press. 1983.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19. ed. Campina: Papyrus, 2012.

LAVILLE, Christina; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEBORGNE, Jean R. Le site et l'évolution urbaine de Douai. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 59, n. 314, p. 109-121, 1950. Disponível em: <<https://bityli.com/joNWz>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LEPETIT, Bernard. A evolução da noção de cidade segundo os quadros geográficos e descrições da França (1650-1850). In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (org.). **Por uma nova história urbana**: Bernard Lepetit. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. p. 281-300.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVAINVILLE, Jacques. Le port de Brest. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 28, n. 153, p. 208-225, 1919. Disponível em: <<https://bityli.com/VsrND>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LIPINSKI, Heitor Alexandre Trevisani. **História, política, economia, cultura no século XIX**. Curitiba: Contentus, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MEDEIROS JUNIOR, Katiano Renato Alves de; FALCETTI, Bruno Mesquita; LIMA FILHO, Marcos José de Oliveira. A crise estrutural do feudalismo e a formação do capitalismo. **A Economia em Revista – AERE**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 31-38, nov. 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/65ZdS>>. Acesso em: 30 maio 2021.

MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 248-264, 2011. Disponível em: <<https://bityli.com/fogH4>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MENDONZA, Josefina Gómez. Geografía e historia: encuentros y desencuentros en Francia y en España a lo largo del siglo XX. **GEOgraphie**, v. 10, n. 20, p. 7-52, 30 jun. 2010. Disponível em: <<https://bityli.com/DYJsV>>. Acesso: 10 jan. 2022.

MOLITOR, Gabrielle. Les industries d'Amiens. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 41, n. 233, p. 449-459, 1932. Disponível em: <<https://bityli.com/oVqKe>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREY, Bernadete; GOMES, Severino Carlos. Matemática mesopotâmica: história para o professor de matemática. **Rematec**, Belém, v. 13, n. 27, p. 6-23, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/Xn6Sf>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PAIVA, Vivian Daniele Ferreira. **Um olhar sobre a evolução dos suportes informacionais: mineral e vegetal**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/orTG5b>>. Acesso em: 11 out. 2021.

PASQUET, Désiré. Le développement de Londres. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 7, n. 34, p. 329-350, 1898. Disponível em: <<https://bityli.com/ClucD>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PASQUET, Désiré. Le développement de Londres. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 8, n. 37, p. 22-48, 1899. Disponível em: <<https://bityli.com/udzdk>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PATRON, Rita. A cidade na literatura: a descrição dos espaços da urbanidade na ficção do século XIX. **Seminário de História da Arte**, Pelotas, v. 2, n. 8, 2020. n.p. Disponível em: <<https://bityli.com/u6S6dg>>. Acesso: 1 out. 2021.

PERRIER, Antoine. Limoges: étude d'économie urbaine. **Annales Géographie**, [S.l.] v. 33, n. 184, p. 353-364, 1924. Disponível em: <<https://bityli.com/Ydnlp>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PERRIN, M. Le Creusot. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 43, n. 243, p. 255-274, 1934. Disponível em: <<https://bityli.com/ovbPs>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PERSÉE. **Portail Persée**. 2005. Disponível em: <<https://bityli.com/AaErQ>>. Acesso em: 12 out. 2021.

PINCHEMEL, Philippe. L'histoire de la géographie japonaise. **Espace géographique**, v. 9, n. 2, 1980. p. 165-171. Disponível em: <<https://bityli.com/JORrm>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

POZZER, Katia Maria Paim. O exercício do direito na mesopotâmia antiga. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2002. Disponível em: <<https://bityli.com/LrXhY>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RAGGI, Mariana Guedes. **Travessias modernas. Para além de uma representação**: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://bityli.com/qtVPj>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/f8yprnO>>. Acesso em: 3 out. 2021.

RECLUS, Élisée. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas e outros escritos**. São Paulo: Intermezzo; Edusp, 2015.

RÉGAMEY, Pie-Raymond. Une petite ville alsacienne: Ribeauvillé. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 32, n. 177, p. 258-260, 1923. Disponível em: <<https://bityli.com/zBixc>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RIBEIRO, Márcio Willyans. Origens da disciplina de geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 817-834, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://bityli.com/vqMw1>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ROBIC, Marie-Claire; DOS SANTOS, Lara D'Assunção; RIBEIRO, Guilherme. A criação dos Annales de Géographie (1891): estratégia universitária e geografia humana. **Revista Continentes**, Seropédica, [S.v.], n. 3, p. 7-30, jul. 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/LgxLSO>>. Acesso em: 13 out. 2021.

SAMPAIO, Adovaldo Fernandes. **Letras e memória: uma breve história da escrita**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia para uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SOCHA, Mateus Felipe. **Romances industriais do século XIX: proximidades e distanciamentos entre Tempos Difíceis, de Charles Dickens e Norte e Sul, de Elizabeth Gaskell**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/Ud2fWi>>. Acesso em: 1 out. 2021.

SOULAS, Jean. Villes-marchés et villes d'industrie de Haute-Normandie. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 45, n. 256, p. 399-413, 1936. Disponível em: <<https://bityli.com/vmjLL>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SOULAS, Jean. Conurbations françaises. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 48, n. 275-276, p. 466-471, 1939. Disponível em: <<https://bityli.com/XyWDw>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SOULAS, Jean. Les étapes de l'évolution du Havre de 1789 à nos jours. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 49, n. 280, p. 205-213, 1940. Disponível em: <<https://bityli.com/AWfZN>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SOUSA, Vera Luisa de. **A trajetória de docentes no novo mundo do trabalho: resgatando algumas identidades**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://bityli.com/NB15G>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SOUZA, Christian Yago Vieira de; PEREIRA, Fábio da Silva Gonçalves. Geografia: relações científicas e análise de métodos. **Revista Cerrados**, [S.l.], v. 15, n. 02, p. 347-367, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/8fAOH>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

URRY, Alfred. Le port de Rouen. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 28, n. 152, p. 99-120, 1919. Disponível em: <<https://bityli.com/JgwVR>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

VACHER, Antoine. Montluçon: essai de géographie urbaine. **Annales de Géographie**, [S.l.], v. 13, n. 68, p. 121-137, 1904. Disponível em: <<https://bityli.com/cfJKn>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

VAN DOREN, Charles. **Uma breve história do conhecimento**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. 2. ed. Salvador: Edufba; Ilhéus: Editus, 2012.

VERNIE, France. Cidade e modernidade nas “flores do mal” de Baudelaire. **ARS**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 62-79, 2007. Disponível em: <<https://bityli.com/p06lJ>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

VITTE, Antonio Carlos; RIBAS, Alexandre Domingues. O curso de geografia física de Immanuel Kant e a construção metafísica da superfície da Terra. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, [S.v.], n. 29, p. 59-79, 2011. Disponível em: <<https://bityli.com/vJ28N>>. Acesso em: 9 jul. 2021.